

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA**  
**COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**ANA CAROLINA CRUZ CARDOSO**

**A PEDAGOGIA SOCIAL EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES E A LUTA PELA  
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

**CODÓ/MA**

**2024**

**ANA CAROLINA CRUZ CARDOSO**

**A PEDAGOGIA SOCIAL EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES E A LUTA PELA  
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó, como requisito para a obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira

**CODÓ/MA**

**2024**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Cruz Cardoso, Ana Carolina.

A Pedagogia Social em espaços não escolares e a luta pela democratização da educação / Ana Carolina Cruz Cardoso. - 2024.

68 f.

Orientador(a): Kelly Almeida de Oliveira.  
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, Campus Codó, 2024.

1. Pedagogia Social. 2. Espaços Não Escolares. 3. Vulnerabilidade Social. 4. Democratização da educação. 5. . I. Almeida de Oliveira, Kelly. II. Título.

**ANA CAROLINA CRUZ CARDOSO**

**A PEDAGOGIA SOCIAL EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES E A LUTA PELA  
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó, como requisito para a obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em \_\_\_\_ de setembro de 2024

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira – UFMA  
(Orientadora)

---

Prof. Silvio Reis Matos de Souza – Unidade Prisional de Ressocialização  
(UPR)/ Codó/ MA  
(Membro)

---

Prof. Dr. Joelson de Sousa Morais– UFMA  
(Membro)

**CODÓ/MA  
2024**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, pela oportunidade que me foi concedida de realizar esta pesquisa, pela saúde, pela sabedoria, pela força, pelo fôlego de vida e por ter colocado pessoas generosas em meu caminho.

Meus sinceros agradecimentos para a pessoa mais especial da minha vida, minha mãe, a mulher mais guerreira que conheço, a que mais me incentiva e acredita em mim. Espero compartilhar com ela todos os frutos que irei colher a partir de agora. Obrigada por tudo, Rosilene. Amo-te.

À Profa. Dra. Kelly Almeida, que é uma exímia professora e orientadora. Me ajudou em todas as etapas do meu Trabalho de Conclusão de Curso, desde o meu projeto de pesquisa, até a conclusão desta monografia. Sou muito grata por todas as suas contribuições.

À Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó e aos meus professores/as por toda a dedicação e incentivo.

Às minhas amigas, Maria Crislaine e Leticia Thalia por sempre estarem comigo, me ajudaram desde a minha inscrição no ENEM, até a realização da matrícula no curso de Pedagogia, me fornecendo recursos digitais, pois na época eu não tinha celular, nem computador.

Ao meu grupo de amigas/o que a Universidade me presenteou e que me ajudaram a carregar o fardo durante esses quatro anos – Ana Beatriz, Cristina Araújo, Jeiciane Emanuele, Márcia Batista e Odair Lima.

A todos que contribuíram positivamente para que eu pudesse chegar ao final, e também aos professores que se empenham dia após dia para levar a educação à todas as camadas da sociedade.

*"Minha mãe disse que a educação vai me dar voz.  
Eu quero mais do que apenas uma voz...  
Quero uma voz alta.  
Sua educação é sua voz, criança.  
Ela vai falar por você, mesmo se você não tiver aberto a boca "  
(Abi Daré)*

## RESUMO

A prática educativa em espaços não escolares é de fundamental importância para os sujeitos que vivem em sociedade e que de alguma forma não tiveram a oportunidade de adentrar em uma instituição de ensino. Por esse fator, a Pedagogia Social atrelada a uma educação integrativa, se destaca por ser uma ciência cujo objetivo é promover a inclusão social, propondo metodologias e técnicas de aprendizagem que contemplem grupos humanos com risco de vulnerabilidade social. A motivação para a pesquisa advém do questionamento: que contribuições a Pedagogia Social tem proporcionado aos ambientes não escolares? E como objetivo geral, analisar as contribuições da Pedagogia Social em ambientes não escolares. Os objetivos específicos são: evidenciar a Pedagogia Social como uma prática pedagógica libertadora; compreender a relevância da/o pedagoga/o em ambientes não escolares; refletir sobre o papel da Educação Social para a formação cidadã. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando expoentes como: Caliman (2009); Freire (1996); Libâneo (2001); Scheibe (2007) e Cabanas (1997). O estudo em questão, é de natureza qualitativa, e os dados foram coletados por meio de um questionário contendo quatro perguntas. Os dados construídos durante a pesquisa passaram por uma análise interpretativa. Um dos principais objetivos alcançados na pesquisa, foi conhecer o trabalho desempenhado pelas/os pedagogas/os que atuam nos locais da pesquisa de campo, tais como: Unidade Prisional de Codó; Casa de Idosos São Pio e PLAN Internacional, sobretudo, das dificuldades enfrentadas pelas/os professoras/es nesses espaços. Por fim, a finalidade desta pesquisa, justifica-se em fortalecer o nosso conhecimento científico sobre os vários campos de atuação da/o pedagoga/o. Concluímos que a Pedagogia Social em espaços não escolares proporciona contribuições significativas para a democratização da educação.

**Palavras-Chave:** Pedagogia Social; Espaços não escolares; Vulnerabilidade Social; Democratização da Educação.

## ABSTRACT

The educational practice in non-school spaces is of fundamental importance for subjects who live in society and who somehow did not have the opportunity to enter an educational institution. For this reason, Social Pedagogy, linked to an integrative education, stands out for being a science whose objective is to promote social inclusion, proposing methodologies and learning techniques that contemplate human groups at risk of social vulnerability. The motivation for the research comes from the question: what contributions has Social Pedagogy provided to non-school environments? And as a general objective, analyze the contributions of Social Pedagogy in non-school environments. The specific objectives are: to highlight Social Pedagogy as a liberating pedagogical practice; understand the relevance of the pedagogue in non-school environments; reflect on the role of Social Education for citizenship formation. The research was conducted through a literature review, using exponents such as: Caliman (2009); Freire (1996); Libâneo (2001); Scheibe (2007) and Cabanas (1997). The study in question is qualitative in nature, and data were collected through a questionnaire containing four questions. The data constructed during the research underwent an interpretative analysis. One of the main objectives achieved in the research was to know the work performed by the pedagogues who work in the places of the field research, such as: Codó Prison Unit; São Pio Elderly Home and PLAN International, especially the difficulties faced by teachers in these spaces. Finally, the purpose of this research is to strengthen our scientific knowledge about the various fields of activity of the pedagogue. We conclude that Social Pedagogy in non-school spaces provides significant contributions to the democratization of education.

**Keywords:** Social Pedagogy; Non-school spaces; Social Vulnerability; Democratization of Education.



## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1:** Leis que regem a Educação/Educação Infantil no Brasil

**Quadro 2:** Formação e área de atuação em países europeus

**Quadro 2:** Espaços de atuação da/o pedagoga/o

## **LISTA DE SIGLAS**

**ECA** – Estatuto da criança e do adolescente

**ENEM** – Exame nacional do ensino médio

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PPP** – Projeto Político Pedagógico

**UFMA** – Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Metodologia da pesquisa .....	16
<b>2AS RAÍZES DA EDUCAÇÃO: O NASCIMENTO DA PEDAGOGIA .....</b>	<b>18</b>
2.1 A Pedagogia como ciência.....	19
2.2 A evolução da Pedagogia .....	21
2.2.1 Brasil.....	23
2.2.2 Maranhão.....	27
2.2.3 Codó .....	28
2.3 Legislação sobre o curso de Pedagogia.....	32
<b>3PEDAGOGIA SOCIAL: ENSINAR PARA INTEGRAR E TRANSFORMAR .....</b>	<b>36</b>
3.1 A gênese da Pedagogia Social.....	36
3.2 Educação e equidade: O Diálogo entre Pedagogia e Pedagogia Social.....	39
3.3 Atribuições da/o Pedagoga/o Social/Educador/a Social .....	43
<b>4EM CAMPO: INVESTIGANDO O TERRENO E COLETANDO DADOS EM BUSCA DE RESPOSTAS.....</b>	<b>47</b>
4.1 Casa de Idosos São Pio.....	47
4.2 Unidade Prisional de Ressocialização de Codó (UPR/CODÓ).....	48
4.3 PLAN Internacional .....	49
<b>5 FECHANDO O CICLO: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL TRANSFORMADOR DA PEDAGOGIA SOCIAL NA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>66</b>

## APRESENTAÇÃO

À priori, sempre tive o interesse pelo tema da educação, principalmente, uma educação integrativa e democrática em que todos pudessem ter acesso. Quando entrei na Universidade, como caloura do curso de Pedagogia, imaginava que os professores eram licenciados somente para lecionar em escolas, seguindo uma grade curricular e trabalhando na Educação Básica com o público infantil.

Porém, esse pensamento mudou quando me deparei com uma disciplina no 6º período, intitulada “A prática pedagógica no ambiente escolar e não escolar”, no curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó. Foi uma disciplina que me fez enxergar um outro lado da Pedagogia que até então, não tinha conhecido. Por meio das aulas, surgiu a inquietação e a curiosidade em pesquisar sobre as diversas possibilidades de levar o conhecimento para fora do ambiente escolar, o que culminou na minha decisão de transformar esse interesse na minha pesquisa de conclusão de curso. Através deste estudo, pude ter um contato maior com o tema Pedagogia Social e como essa prática educativa é importante para o âmbito social, tanto para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Em suma, espero que este trabalho contribua para o nosso conhecimento sobre a Pedagogia Social, suas atribuições e relevância na sociedade contemporânea em uma perspectiva inclusiva, libertadora e crítica com base no levantamento realizado. A partir da exposição do tema, o corpo docente, discentes e o campo científico poderão se apropriar deste estudo e ao lê-lo, ter uma ideia dessa ação educativa como também das ações desenvolvidas em espaços não escolares. É de grande valia que entendamos as facetas do trabalho pedagógico nesses ambientes, como também estar cientes que a educação é um direito constitucional.

## 1 PEDAGOGIA SOCIAL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

A Pedagogia Social é uma ciência pedagógica de carácter teórico-prático, com ênfase na socialização do sujeito, tanto a partir de uma perspectiva normalizada como de situações especiais (inadaptação social), assim como de aspectos educativos do trabalho social. O conceito de Pedagogia Social mais generalizado é o que faz referência à ciência da educação social de pessoas e grupos, por um lado, e, por outro, como ajuda, a partir de uma vertente educativa, às necessidades humanas que convocam o trabalho social, assim como o estudo da inadaptação social (Díaz, 2006).

Conforme Pereira (2011), a Pedagogia Social pode ser entendida como uma ramificação da Pedagogia e materializa-se como a prática licenciada de um/uma pedagogo/pedagoga que atua em instituições não escolares, ampliando suas práticas educativas e vivenciando experiências fora dos muros da escola, sem deixar de ter estudantes como sujeitos de sua investigação.

Para Smith; Whyte (2008), a Pedagogia Social vinculada à Educação Social, oferece uma base conceitual integradora para desenvolver modelos de práticas de serviço que promovam o bem-estar social por meio de estratégias socioeducativas. A Pedagogia Social visa não só educar, mas também criar condições para que indivíduos e comunidades se desenvolvam de forma plena e integrada.

Segundo Caliman (2011), ao tratarmos da educação e da exclusão social, a grande implicação é a prática educativa fora da escola e como ela se realizará, pois existem diversas formas de promover a educação, seja em associações, clubes ou em outros locais. Em muitos casos, crianças, adolescentes e jovens, encontram em organizações comunitárias, um apoio indispensável para superar suas dificuldades. É exatamente por esse viés que se desenvolve a problematização no que tange às contribuições da Pedagogia Social em espaços não escolares e como esse trabalho é executado pelos/as pedagogos/as.

Pensando nisso, a Pedagogia Social aliada à Educação Social, visa incluir minorias que estão deslocadas e impossibilitadas de adentrar em uma escola formal. Ambas se fazem presentes, ultrapassando as instituições regulares e se tornando indispensáveis na vida de quem almeja aprender e ser um cidadão ativo politicamente e socialmente.

Segundo a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, a educação não se resguarda somente à ambientes educacionais formais como instituições escolares. O art.1º enfatiza que "a educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais" (Brasil, 1996), entre outros espaços. De acordo com a LDB, é a educação em âmbito formal que determina a escolarização do cidadão, contudo, a educação em espaços não escolares também é válida, e busca realizar um trabalho articulado às práticas sociais, buscando reparar lacunas deixadas pelo estado referente às demandas educacionais e sociais da população.

Dessa forma, a Pedagogia Social se torna indispensável devido sua finalidade de ajudar a compreender as relações humanas e a realidade social do ser humano. Por meio disso, a participação pedagógica em espaços extraescolares melhora a qualidade de vida, integra e ressignifica mentes através do conhecimento.

As Diretrizes Nacionais para o curso de Pedagogia (Brasil, 2005), expõem dois caminhos que estão interligados para a formação da/o pedagoga/o e, posteriormente as opções de atuação profissional. O primeiro caminho é a docência para atuar nos espaços escolares, lecionando para crianças e adolescentes, adultos e idosos; o segundo caminho é a área não escolar, ou seja, uma educação para além dos muros da escola e do ensino institucionalizado.

Ao considerar as discussões apontadas, compreendemos que o tema da educação fora do ambiente escolar vem ganhando força na sociedade contemporânea. É de caráter emergencial pensar nas demandas da população menos favorecida que não tem acesso à educação, à cultura e à arte.

Desse modo, um dos caminhos mais viáveis para entender a ação da educação em instituições não formais de ensino, é identificar o que a literatura tem produzido acerca da Pedagogia Social, pois é de grande relevância, tanto para os graduandos, quanto para os professores. Vale ressaltar que a prática pedagógica em espaços não escolares está garantida pela lei.

Diante do exposto, o estudo desenvolvido tem como questão de pesquisa: que contribuições a Pedagogia Social tem proporcionado aos ambientes não escolares? E como objetivo geral analisar as contribuições da Pedagogia Social em ambientes não escolares.

Os objetivos específicos são:

1. evidenciar a Pedagogia Social como uma prática pedagógica libertadora;
2. compreender a relevância da/o pedagoga/o em ambientes não escolares;
3. refletir sobre o papel da Educação Social para a formação cidadã.

Assim, a pesquisa está estruturada em duas seções históricas, após esta introdução. Na seção 2, está o início do referencial teórico, em que realizamos uma revisão histórica sobre a Pedagogia, a nível de Brasil, Maranhão e Codó. Sobretudo, foi destacado a legislação dos cursos de Pedagogia. Na seção 3, está contido a história da Pedagogia Social, a interface entre a Pedagogia e a Pedagogia Social – suas diferenças e semelhanças. As atribuições da/o pedagogo/a educador/a social e os espaços existentes na cidade de Codó/MA com essa prática pedagógica, *locus* da etapa de campo. Ao final da terceira seção, está concentrada a caracterização da etapa de campo, análises e discussão dos dados.

A finalidade desta pesquisa é fortalecer o conhecimento científico sobre os vários campos de atuação da/o pedagogo/a, sobretudo, das contribuições significativas que a Pedagogia Social em espaços não escolares possui. Além disso, um dos motivos que fazem dos resultados dessa pesquisa significativos, é a utilidade dessa ciência para o meio social em nosso país, estado e município.

### 1.1 Metodologia da pesquisa

Para alcançar os objetivos propostos e melhor apreciação deste trabalho, foi utilizado uma abordagem de cunho qualitativo, seguindo uma linha descritiva e interpretativa, com o intuito de traçar uma discussão sobre as contribuições da Pedagogia Social em espaços não escolares. Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (2009) aponta:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

A partir da definição da autora, percebe-se então que, a pesquisa qualitativa surge por meio de um problema ou questionamento devido a nossa realidade social. Por meio disso, é necessário estabelecer os objetivos que queremos alcançar a partir da questão de pesquisa e depois definir quais serão os instrumentos para a construção dos dados.

Como procedimento metodológico, foi realizada uma revisão bibliográfica na busca de informações importantes para a ampliação do referencial teórico ligado às raízes da Pedagogia Social e suas atribuições positivas para a sociedade contemporânea. Ademais, para a fundamentação desta pesquisa, foi utilizado os estudos filosóficos e científicos dos seguintes expoentes: Caliman (2009); Freire (1996); Libâneo (2001); Scheibe (2007); Cabanas (1997) e outros. Sobre a pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002) responde:

É realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

O autor destaca que a pesquisa bibliográfica é o levantamento e revisão de obras publicadas sobre variados temas que norteiam o trabalho científico do pesquisador e é uma etapa fundamental em qualquer resolução do problema de pesquisa, pois é a partir da leitura dessas obras que será possível fundamentar o trabalho. O percurso metodológico nos ajudará a chegar em um denominador comum.

O estudo também contemplou uma etapa de campo, utilizando a abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa. Segundo Gonçalves (2001), a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar uma informação diretamente com o alvo a ser pesquisado, ou seja, ela exige do pesquisador um contato mais direto com a fonte. Nesse caso, o investigador precisa ir até o espaço onde o fenômeno ocorre.

Assim, a etapa de campo foi realizada com um pedagogo e duas pedagogas que trabalham nos seguintes setores públicos: Sistema Prisional, Casa São Pio e PLAN Internacional. Para a obtenção dos dados necessários, foi utilizado um questionário com perguntas voltadas especificamente para as/os professoras/es de cada ambiente social citado, com o intuito de investigar as contribuições da Pedagogia Social em espaços não escolares e a relevância de haver pedagogas/os atuando nesses espaços. Conforme salienta Gil (2008, p.121) o questionário é:

A técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre



conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.

De acordo com o autor referido, a aplicação do questionário é um meio viável para conseguir os resultados de uma pesquisa. Essa técnica de investigação contribui para a obtenção de dados e a consolidação dos resultados planejados. Tratando-se do aparato para a coleta de dados, o questionário foi o meio mais viável, pois é um instrumento de grande relevância para uma pesquisa. É através dele que podemos concretizar informações de um determinado ambiente que é o alvo da investigação.

Desse modo, as respostas foram coletadas a partir de um questionário contendo quatro perguntas. Vale citar, que inicialmente, a pesquisa se constituiria em cinco instituições diferentes, incluindo o Hospital Geral Municipal – HGM e Instituto Resgatando para Cristo – IRC na cidade de Codó/MA, porém ao ir nesses dois lugares, não havia pedagogas/os atuando.

As perguntas eram fechadas e sem alternativas, que foram respondidas por um pedagogo e duas pedagogas. O pedagogo e coordenador pedagógico que trabalha na Unidade Prisional; a pedagoga que leciona na Casa São Pio; e, a pedagoga que trabalha na PLAN Internacional, desenvolvendo projetos para crianças e mulheres nas comunidades no município de Codó e arredores. As perguntas contidas nos questionários eram as mesmas para todos os pedagogos com uma linguagem clara e objetiva para facilitar a compreensão dos participantes, ou seja, os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Tanto a elaboração dos questionários, como as respostas obtidas e a observação participante, foram momentos em que foi possível acompanhar e observar a rotina de trabalho e a ambientação dos lugares, duraram em média 40 minutos, em cada local escolhido. Segundo Deus (2012) *apud* Cruz (2019), o observador assume uma postura ativa nos eventos que estão sendo estudados.

## **2 AS RAÍZES DA EDUCAÇÃO: O NASCIMENTO DA PEDAGOGIA**

Para entendermos a Pedagogia como uma ciência, é necessário resgatar a natureza desse termo e sua especificidade. O enfoque central deste subtópico é compreender o conceito da Pedagogia no âmbito científico da educação.

## 2.1 A Pedagogia como ciência

De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa (Ciranda Cultural, 2015), a palavra Pedagogia se define como uma ciência cujo objeto de análise é a educação, seus métodos e princípios; reunião das teorias sobre educação e sobre o ensino. Portanto, a Pedagogia carrega consigo o DNA da educação e é através dessa ciência que podemos propor e definir métodos educativos voltados para a construção de saberes.

Em seu artigo intitulado “Pedagogia e pedagogos: Inquietações e buscas”, Libâneo enfatiza que a ideia do senso comum, é de que Pedagogia é ensino, ou o modo de ensinar. Uma pessoa estuda Pedagogia simplesmente para ensinar crianças. Essa tradição se consolidou no início da década de 1930, por intermédio dos chamados “Pioneiros da educação nova”, tomando o entendimento de que o curso de Pedagogia seria um curso de formação de professores para séries iniciais da escolarização obrigatória (Libâneo, 2001).

O raciocínio é de que a Pedagogia é um ensino voltado especificamente para crianças – já que a etimologia da palavra “*Peda*” do termo Pedagogia vem do grego “*paidos*”, que significa criança. Nesse caso, o ensino se dirige às crianças, então quem ensina para crianças, é pedagoga/o. Evidentemente, para ser um ensinador/a de crianças, é preciso fazer um curso de Pedagogia. Foi essa ideia que se criou e se perpetuou, até mesmo por professoras/es.

Na visão de Libâneo (2001), essa ideia de conceber o curso de Pedagogia como formação de professoras/es, é simplista e reducionista. Cientificamente, isso não se sustenta. O autor ressalta que a Pedagogia não se concentra somente no ato de ensinar ou na elaboração de métodos de ensino, pelo contrário:

A Pedagogia se ocupa, de fato, com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa (Libâneo, 2001, p. 6).

Libâneo (2001) descreve a Pedagogia como um campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática

educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana. Assim:

O curso de pedagogia não se reduz à formação de professores. Ou seja, todo o trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. O professor está no pedagogo, o pedagogo está no professor, mas cada profissional desses pede uma formação diferenciada. Disso decorre que a base da formação de educadores não é à docência, mas a formação pedagógica. A docência é uma das modalidades de trabalho pedagógico (Libâneo, 2006, p. 60-61).

O autor sintetiza que a Pedagogia vai além de uma graduação ou um curso profissionalizante. A docência faz parte da formação da/o pedagoga/o, mas não é o único caminho. Para a/o pedagoga/o em si, a docência depende do curso de formação, mas para o trabalho pedagógico, não é obrigatório a docência.

Para Schmied-Kowarzik (1983), a Pedagogia é uma ciência da e para a práxis educacional. Aquela pela qual a/o pedagoga/o investiga os fenômenos da educação, inicialmente pela teoria e secundariamente, elabora ações práticas para atingir metas educativas.

Pedagogia e educação estão numa relação de interdependência recíproca; a educação depende tanto de uma diretriz pedagógica prévia quanto a pedagogia de uma práxis educacional anterior. Por isso a pedagogia nem pode tematizar de uma maneira puramente teórica a práxis educacional, como um evento passível de representação, nem pode se voltar a uma intervenção prática direta, já que ela é uma ciência da educação somente quando é simultaneamente uma ciência para a educação, e vice-versa. Nesta medida, a instância medidora entre teoria pedagógica e práxis educativa repousa no educador, graças ao qual ela pode, enquanto ciência tornar-se prática na pesquisa e no ensino (Schmied-Kowarzik, 1983, p. 24).

Saviani (1985), define a Pedagogia da seguinte forma:

O pedagogo, literalmente, é o especialista em pedagogia. E o que é pedagogia? É a teoria da educação. Ora, educação é uma atividade prática. Portanto, a pedagogia é uma teoria da prática: a teoria da prática educativa. (Saviani, 1985, p. 231).

A partir dessa definição, entende-se que a Pedagogia é como uma área mais prática do que a teórica, ou seja, a Pedagogia é a área do saber que se preocupa com a educação, mas relacionada à prática. Dessa forma, não se faz educação somente utilizando teorias, pois ambas precisam coexistir.

A partir do que foi supracitado, a Pedagogia, para além da nomenclatura de um curso, é um campo do conhecimento sobre a problemática educativa. É uma ciência

que investiga, pesquisa e que busca métodos eficazes para aprimorar a dinâmica no ensino, elevar o nível da educação e transformar a sociedade por meio do saber. No entanto, a Pedagogia só se torna uma ciência de fato, quando a/o pedagoga/o se torna um cientista a partir de seus estudos, na tentativa de descobrir ações voltadas para sua prática educativa.

A formação de estudiosos que se dediquem à construção do conhecimento científico na área, uma vez que a educação também é considerada como um campo teórico-investigativo e que a produção desse conhecimento é requisito fundante de toda formação técnica e docente (Libâneo, 2001, p. 15).

Em consonância com as contribuições dos autores, compreendemos que a Pedagogia está diretamente ligada ao aprofundamento das práticas educativas, por isso destaca-se como a ciência da educação, uma vez que se ocupa integralmente na descoberta de métodos eficazes relacionadas aos assuntos referentes ao desenvolvimento psicossocial dos indivíduos.

## 2.2 A evolução da Pedagogia

Historicamente, a Grécia é considerada o berço da Pedagogia ocidental. Onde surgiu o termo *Paidagogos*, que significa conduzir a criança ao conhecimento. Esse conceito está intrinsecamente ligado à forma que o escravo levava as crianças para à escola, onde prestavam um serviço de tutor, guiando e zelando pelo percurso até à escola (Saviani, 2007). Por esse fato, graças ao entendimento de que as crianças necessitavam de uma condução, é que o modelo de educação foi se construindo.

Os povos ágrafos já se preocupavam com a educação. Os mais velhos eram responsáveis por transmitir aos mais jovens os ensinamentos essenciais para a sobrevivência em seus contextos. Entre eles estão: conhecimento sobre caça e pesca; artes marciais; rituais religiosos; lendas e histórias genealógicas. Essas formas de educação informal, não estão no padrão atual como conhecemos hoje por 'ensino institucionalizado', muito menos pode se comparar com o sistema educacional em sua totalidade, onde há uma liturgia com normas, regência, didática e currículo (Mariano, 2012).

De acordo com Mariano (2012), entre os séculos V e IV a.C, as cidades de Creta, Esparta e Atenas, conhecida como a capital da educação na Idade Antiga, ofereciam uma educação refinada e elitista. A escrita alfabética promoveu uma

revolução. Com isso, veio a democratização do ensino pelos mestres da gramática e o uso da palavra passou a ser mais apreciado e valorizado do que os exercícios por meio da força com espadas e artes da guerra. Sobre a educação grega (Mariano, 2012, p. 64), enfatiza:

Com a democratização política, o homem grego começou a ter voz nas assembleias e a educação antiga já não dava conta de suas novas necessidades: falar bem e persuadir. É nesse cenário que os sofistas surgem para ensinar a arte da eloquência, levando os gregos a exhibir seu talento oratório em lugares públicos, como teatros e estádios, sustentando opiniões e argumentando. apesar da democratização da sociedade, da estatização gradual do ensino, e da expansão do acesso às escolas – havia até alguns escravos (os pedagogos) que eram alfabetizados para acompanhar a educação de seus donos - a elite ainda tinha assegurado um direito maior à educação e à cultura, devido à sua influência política, o que não permitia muitas mudanças sociais.

A *Paideia* é o nome dado à educação na Grécia antiga, que buscava a formação do homem em suas várias esferas, ou seja, uma educação antropológica que definia o homem como um ser social. Esse conceito atribuiu ao homem uma identidade cultural e histórica (Diez *et al.* 2016).

Para Orth *et al.* (2020), o conceito de *Paideia* surgiu nos tempos de Homero – poeta épico da antiga Grécia, autor dos poemas clássicos *Ilíada* e *Odisseia*. A referida proposta de educação elaborada pelos gregos compreendia o homem como um ser racional, fazendo nascer a pedagogia como um saber autônomo. Dessa forma, a *Paideia* foi um sistema de educação com base na ética que, para os gregos era fundamental, mas para que esse ideal fosse atingido, os gregos incluíam na educação, outras ciências, primando pela multidisciplinaridade.

De acordo com Jaeger (1994) *apud* Diez *et al.* (2016), os gregos tinham uma importância universal como educadores na concepção do lugar do indivíduo na sociedade. A partir disso, o povo começou a olhar para si próprio e a entender sua natureza. Portanto, a *Paideia* se tornou um conceito que abrangia a educação geral, formando o homem culto para o exercício de sua cidadania. Vale mencionar um aspecto relevante sobre a democracia grega:

A democracia afirmava a igualdade de todos os homens adultos perante as leis e o direito de todos de participar diretamente do governo da cidade, da polis. Em segundo lugar, e como consequência, a democracia, sendo direta e não por eleição de representantes no governo, garantia a todos a participação no governo e os que dele participavam tinham direito de exprimir,

discutir e defender em público suas opiniões sobre as decisões que a cidade deveria tomar. Surgia assim, a figura do cidadão (Chauí, 1995, p. 36).

Logo após os indivíduos se transformarem em cidadãos, levando em consideração os princípios democráticos, deveriam ser capazes de opinar e discutir sobre assuntos distintos, tornando-se assim um excelente orador, podendo atuar diretamente na política (Orth *et al.*, 2020). Se considerarmos essa afirmativa, a Grécia pode ser tomada como ponto de referência quando se trata da educação ocidental e da Pedagogia.

A Grécia clássica pode ser considerada o berço da pedagogia, até porque é justamente na Grécia que tem início a primeira reflexão acerca da ação pedagógica. Essas reflexões vão influenciar por séculos a educação e a cultura do ocidente (Lobato, 2001, p. 34).

Dito isso, a partir dessa concepção, podemos entender que somos herdeiros de um ensino que começou com os gregos - a *Paideia*, ligada a um ideal de formação educacional, em que o objetivo era desenvolver o ser humano em todas as suas potencialidades, que buscava educar o corpo e a mente para ser um cidadão culto e moral (Diez *et al.*, 2016). Nesse sentido, Cambi (1999) destaca um pensamento importante.

A história da educação é, hoje, um repositório de muitas histórias, dialeticamente interligadas e interagentes, reunidas pelo objeto complexo “educação”, embora colocado sob óticas diversas e diferenciadas na sua fenomenologia. Não só: também os métodos (as óticas, por assim dizer) têm características preliminarmente diferenciadas, de maneira a dar a cada âmbito de investigação a sua autonomia/especificidade, a reconhecê-la como um “território” da investigação histórica (Cambi, 1999, p.29).

Para compreender a educação atual e moderna, é preciso voltar ao passado e resgatar seu significado, pautado na civilização grega, pela qual, muitos conhecimentos no ramo da arte, filosofia e mitologia serviram como alicerce para fundamentar o pensamento científico ocidental.

### 2.2.1 Brasil

A gênese da educação brasileira se dá por meio da Companhia de Jesus com a chamada educação jesuítica, entre 1549 e 1759. Segundo Fausto (2002), pode-se dizer que a educação jesuítica é resultado do segundo período colonial que se estende

da instalação do Governo Geral em 1549 às últimas décadas do século XVIII. O Governo Geral foi um modelo administrativo implantado pela Coroa de Portugal na América portuguesa, com o objetivo de centralização administrativa da colônia como forma de torná-la mais lucrativa.

Os Jesuítas eram padres que pertenciam a Companhia de Jesus – uma ordem religiosa vinculada a Igreja Católica que tinham como lema central a pregação do evangelho nos confins da terra. Foi criada em 1534 pelo Santo Padre Inácio de Loyola. Quando os Jesuítas estavam aqui no Brasil, desempenharam um papel tanto na educação, quanto na catequização de indígenas e colonos. Juntamente com Tomé de Sousa, vieram os primeiros jesuítas chefiados por Manoel da Nóbrega com a missão de converter indígenas a fé católica utilizando o método da catequese e instrução (Rosário; Melo, 2015). A partir desse fato histórico, começa-se a pensar na construção de escolas para meninos órfãos, visando assim, a formação de sacerdotes para o campo missionário.

Em 1550, os missionários colocaram em funcionamento, na Bahia e em São Vicente duas escolas de ler e escrever, com meninos órfãos, visando sobretudo a formação de sacerdotes que pudessem se somar aos jesuítas em seu trabalho catequético. Em 1553, acompanhando o segundo Governador Geral, Duarte da Costa, um novo grupo de jesuítas chegou ao Brasil. Neste grupo chega José de Anchieta. Sob o comando do padre Manuel da Nóbrega, os jesuítas e suas obras espalharam-se pelo país em regiões como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Em 1570, já possuíam oito estabelecimentos de ensino, sendo 5 escolas de nível elementar e três colégios de nível médio (Rosário; Melo, 2015, p. 384).

Nesse âmbito, o estudo foi encarado como necessário, como um espaço para o debate no campo das ideias e, principalmente, os colégios subsidiados pelo estado português, deveriam formar gratuitamente sacerdotes para a catequese para ensinar indígenas, os filhos dos homens brancos e os mamelucos.

Dessa forma, o caminho da/para educação estava aberto. A construção de escolas elementares e secundárias se espalharam pelo Brasil até 1759, quando os Jesuítas foram expulsos do Brasil por Marques de Pombal – um diplomata e estadista português.

Com a expulsão dos jesuítas, foram criadas as Escolas Normais para a formação de professores de nível secundário. De acordo com Santos; Rodrigues; Jesus (2012), a Escola Normal brasileira surgiu nas primeiras décadas do século XIX, com o propósito de preparar professores para trabalhar no magistério primário.

A educação primária oitocentista foi o período em que surgiu a disciplina de história, uma matéria fundamental na construção da nação e da identidade de uma sociedade. O período oitocentista, também foi um período crucial na construção de escolas como lugar de instrução e sabedoria.

Porém, as escolas construídas possuíam várias implicações pela sua condição deficitária, principalmente no ensino, dessa forma, houve a necessidade de fazer uma reparação dessas deficiências através da criação de cursos que profissionalizasse o corpo docente para só então serem habilitados para lecionar (Villega, 2008).

Por conseguinte, a implementação do curso de Pedagogia no território brasileiro em 1939, foi marcada por conflitos, devido às mudanças políticas e econômicas decorrentes da crise internacional da economia. O mercado de trabalho tornou-se disputado e mais exigente, impondo como condição de acesso a escolarização levando a população trabalhadora a reivindicar por mais ensino e escolas (Sokolowski, 2013).

A partir desse impasse decorrente da crise, o governo começou a tomar medidas para responder às reivindicações. Em contrapartida, um grupo de educadores inspirados em uma nova política de educação, lançou um movimento em 1932 e publicou o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. No manifesto estavam inseridas as demandas populares e a defesa pela democratização da educação. O manifesto dizia:

Desprendendo-se dos interesses de classe, a quem ela tem servido, a educação [...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um “caráter biológico”, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume [...] a sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. (Azevedo, *et al.*, 1932, pág.191).

Esse grupo de agentes da educação entendia que o processo de industrialização necessitava de políticas educacionais fortes e que modernizassem a educação. Não somente isso, defendiam uma Pedagogia que fosse eficaz no que se refere à formação de cidadãos conscientes e ligados à causa.

No Brasil, as Diretrizes Nacionais para a educação foram implementadas, paulatinamente, por meio de uma legislação que se organizou a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, e com a criação do Conselho Nacional de



Educação em 1931. O papel da educação no contexto da sociedade brasileira foi aos poucos se firmando como um serviço público e um precioso instrumento para a construção de uma nova hegemonia, em favor das demandas emergenciais do processo de industrialização que se desenvolvia no país (Silva, 2004).

[...] reivindicar do Estado ações educacionais que garantissem a formação de funcionários adaptados às novas funções de gerência e a tarefas especializadas, bem como para a formação de seus intelectuais orgânicos. Além disso, segmentos da sociedade civil também reivindicaram a expansão das oportunidades educacionais. Por exemplo, desde o início do século XX o operariado defendia a redução da jornada de trabalho para, dentre outras, possibilitar o acesso da classe trabalhadora à educação e às classes médias como forma de ascensão social (Silva, 2004, p. 31).

Ao ser instituído o Decreto/Lei nº 1.990/1939, que criou a Faculdade Nacional de Filosofia na Reforma de Francisco Campos, durante o governo de Getúlio Vargas, o curso de Pedagogia atendeu a proposta universitária profissionalizante. Assim, o art.1º dispõe:

Art. 1º A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pela Lei n. 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Filosofia. Serão as seguintes as suas finalidades:  
a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica;  
b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de ensino.

A instalação do curso de Pedagogia no Brasil, se deu por duas finalidades principais:

1. Formar técnicos em Educação para atuar junto à estrutura burocrática dos sistemas de ensino, mediante a titulação de bacharel, alcançada após três anos de estudos; 2. para o exercício da docência no ensino secundário e particularmente no normal, com o acréscimo de mais um ano de estudos então denominados de Didática (Sheibe; Durli, 2011).

Saviani (2008) *apud* Arantes (2014), descreve o currículo estipulado com as seguintes disciplinas obrigatórias:

1º ano: Complementos da matemática, história da filosofia, sociologia, fundamentos biológicos da educação, psicologia educacional.  
2º ano: Psicologia educacional, estatística educacional, história da educação, fundamentos sociológicos da educação, administração escolar.  
3º ano: Psicologia educacional, história da educação, administração escolar, educação comparada, filosofia da educação (Saviani, 2008, p. 39).

Segundo Saviani (2008), o curso de didática tinha duração de um ano e era composto pelas disciplinas: Didática geral; Didática especial; Psicologia educacional; Fundamentos biológicos da educação; Fundamentos sociológicos da educação e Administração escolar. Esse sistema curricular favorecia uma separação e distanciamento entre o conteúdo e o método, conseqüentemente, entre a teoria e a prática.

O curso de Pedagogia no Brasil alcançou vários marcos históricos. Vale destacar as Diretrizes Nacionais Curriculares para a graduação em Pedagogia/licenciatura por meio da resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. O documento diz com clareza a quem é destinado essa graduação, também o campo de atuação para as/os licenciadas/os no curso:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I -planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II -planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (Brasil, 2006).

De acordo com Scheibe (2007), após uma longa jornada para se concluir a questão da identidade do curso de Pedagogia no país, o documento legal afirma o direito à formação profissional na Educação Básica, mas com o enfoque tanto dentro da sala de aula, quanto fora.

Portanto, a declaração oficial determina que o/a licenciado/a em Pedagogia atue na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Vale ressaltar que o profissional formado terá licença para atuar em outras frentes e em diferentes funções como: gestão educacional e escolar; em espaços escolares e não escolares, bem como em espaços que exigem profissionais com conhecimentos pedagógicos.

### 2.2.2 Maranhão

À nível estadual, podemos citar, na esfera pública, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como as instituições que ofertam o Curso de Pedagogia.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2020), a Universidade Estadual Do Maranhão (UEMA), teve sua gênese na Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), criada pela Lei nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão.

A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio da Lei nº 4.44, em 30 de dezembro de 1981. Teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987.

Atualmente, a UEMA está presente em vinte municípios maranhenses, com um campus em São Luís e outros 19 Centros de Estudos Superiores instalados nas cidades de: Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, São Bento, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca. Além disso, a UEMA tem atuação em Polos de Educação a Distância e no Programa Ensinar.

No âmbito da UFMA, cuja sede fica na capital São Luís, o curso de Pedagogia teve sua origem ligada à criação da Faculdade de Filosofia de São Luís, fundada em 15 de agosto de 1952 pelo Decreto nº 32.606 de 23 de abril de 1953.

A autorização e o reconhecimento do curso, foi efetivado quatro anos mais tarde, através do Decreto Nº 39.663 de 28 de julho de 1956. Pela regulamentação nacional então vigente, vigorava o chamado “esquema três mais um”, que concedia o grau de Bacharel aos formandos dos cursos de graduação com duração de três anos e o título de Licenciado aos que cumpriam mais um ano de estudos no Curso de Didática.

Em 1988, houve o projeto de criação do curso de Pedagogia nos municípios maranhenses, articulado por: Antônio Carlos Beckman, Lidmar Figueiredo Viana Pereira, Ilma Vieira Do Nascimento, Iramy de Jesus Martins Queiroz e outros auxiliares Oliveira; Brandão; Cruz (2015).

### 2.2.3 Codó

O município de Codó possui uma população de maioria negra, formada principalmente, desde sua origem, por pessoas aquilombadas. Em abril de 2023, completou 127 anos de sua elevação à categoria de cidade. Localizada às margens do Rio Itapecuru, Codó está inserida na mesorregião leste maranhense, distante 290 km da capital São Luís. Segundo estimativas do IBGE (2021), sua população é de 123.368 habitantes, distribuídos numa área de 4.361,34 km, sendo considerado o sexto município mais populoso do Estado. Apesar disso, apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,595, que o situa abaixo da média nacional (UFMA, 2023).

No que se refere à educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2015, verificado a partir da Prova Brasil e do Censo Escolar, é de 4,8 para os anos iniciais e 4,2 para os anos finais do Ensino Fundamental. O município de Codó possui uma estimativa de 152 escolas, sendo 62 ambientadas na zona urbana, e 100 campesinas, totalizando 25.364 de matrículas, conforme dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Codó.

Em Codó, existem instituições privadas que oferecem o curso de Pedagogia presencial e na modalidade EAD pela UEMA. Contudo, enfatizaremos o Curso de Pedagogia ofertado pela UFMA/Codó, único curso presencial ofertado publicamente. Assim, ele teve início no ano de 1986 com o propósito de formar profissionais licenciados e capacitados para exercerem seu ofício na Educação Básica e através do trabalho pedagógico, amenizar os altos índices de analfabetismo no município.

No artigo intitulado "As Raízes da Pedagogia: Uma Análise das contribuições e desafios do curso no Município de Codó", escrito pela Dra. Kelly Almeida de Oliveira docente do Curso de Pedagogia da UFMA, juntamente com duas egressas do campus Codó – Lucélia Caroline Ferreira Brandão e Samara de Jesus Cruz, elas dissertam sobre o início do curso de Pedagogia no município de Codó em 1986 (Oliveira; Brandão; Cruz, 2015).

No âmbito da UFMA, o Curso de Pedagogia foi criado na cidade de Codó sob a Resolução de nº 16/87 no processo de nº 005682/87, resolve, em 24 de setembro de 1987, no art. 1º que diz: "Criar o Campus Universitário do Polo Regional do Itapecuru-Mirim – Campus VII, com sede na cidade de Codó neste estado" (UFMA/CONSUN, 1987 *apud* Oliveira; Brandão; Cruz, 2015). No mesmo ano, houve um acordo a respeito de uma possibilidade de convênio com a Prefeitura Municipal de

Codó para a formação de turmas com habilitação em Magistério e Supervisão Escolar. Havia uma necessidade extrema de formar pedagogas/os devido à escassez de profissionais na área da educação.

Por esse fato, foi realizado um vestibular em que poucas pessoas foram aprovadas, mas como havia a necessidade de preencher a turma, foi realizada uma segunda fase do vestibular, ofertando trinta e duas vagas para o preenchimento da turma, tendo como requisito uma primeira graduação. Esse critério foi estabelecido porque, como todos já tinham uma graduação, poderiam ter sucesso na prova e posteriormente passariam no vestibular (Oliveira; Brandão; Cruz, 2015). Devido aos baixos índices educacionais da época, esse remanejamento de vagas se fez necessário. A prova tradicional era realizada na capital do estado, aberto ao público, e a quem quisesse adentrar na área da educação.

O primeiro local disponível para acolher a nova turma de Pedagogia foi um lugar disponibilizado pela prefeitura localizado, à rua Professor Fernando Carvalho. De acordo com uma egressa do curso (Oliveira; Brandão; Cruz, 2015), a sala de estudos era pequena e desconfortável. No entanto, o carinho e o acolhimento da professora e diretora do campus tornavam as dificuldades um problema pequeno, pois a mesma fazia o que era possível para oferecer um ensino de qualidade.

Algum tempo depois, o campus VII foi transferido e por meio de uma emenda parlamentar, construíram o então prédio 1 da UFMA, ambientado na Avenida Dr. José Anselmo, n. 2.008, no Bairro São Benedito, em Codó/MA.

No ano corrente, a UFMA/Codó está localizada no mesmo endereço e conta com dois prédios; salas climatizadas para sessenta estudantes; um auditório; salas de apoio; laboratórios de informática e pesquisa; biblioteca; sala de professores; banheiros; secretaria de apoio acadêmico; almoxarifados; uma quadra poliesportiva; um restaurante universitário; cursos completos de Pedagogia/Biologia/História e conta com um excelente corpo docente formado por doutoras/es especializadas/os.

O curso de Pedagogia ofertado pela UFMA, tem como objetivo formar profissionais para atuarem em três áreas: docência na Educação Infantil; Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental; e em gestão educacional. A Coordenação do Curso de Pedagogia – Campus Codó, passou a oferecer o curso de Especialização em ensino de Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental com o propósito de permitir a formação continuada as/os licenciadas/os em Pedagogia, Letras, Ciências Humanas e Naturais.

Quem conclui o curso de Pedagogia, recebe a incumbência de poder trabalhar na Educação do campo, na Educação Inclusiva, na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), além de atuar na gestão educacional. O curso tem duração de quatro anos, funciona no turno vespertino e a/o graduanda/o tem o período mínimo de quatro anos e o período máximo 6 anos para concluir o curso (UFMA, 2023).

A reformulação do projeto político pedagógico do curso de licenciatura em Pedagogia, ocorrida em 2023, está vinculada às normas nacionais vigentes, tais como: Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/96 e Resoluções específicas, as quais estabelecem preceitos legais para a formação de professoras/es. O processo de formação de professoras/es consiste no desenvolvimento de habilidades e competências capazes de agregar qualidade às práticas pedagógicas nas modalidades da Educação Básica.

Por conseguinte, o curso de Pedagogia da UFMA/Codó, em sua grade curricular, contempla componentes curriculares de formação básica, fundamentação teórica, disciplinas prático-metodológicas, disciplinas optativas, além de estágios curriculares obrigatórios. Entre os estágios, temos: Estágio na Educação Infantil; Estágio na Educação Fundamental I; Estágio na Gestão Escolar e Estágios específicos das áreas de formação. Além disso, há uma política de incentivo à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, elementos que credenciam uma Universidade e a torna diferente de Faculdades e outras Instituições de Ensino Superior.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Pedagogia, composto por nove professores, mestres e doutores, está previsto na legislação educacional através da Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e no âmbito da UFMA através da Resolução CONSEPE/UFMA nº856, de 30 de agosto de 2011. Constitui-se em instância que delibera a respeito do PPC do Curso. O NDE do curso foi constituído pela Portaria/GR Nº 317/2022-MR de 06 de maio de 2022, de acordo com o PPC 2023.

Ademais, existem vários projetos em funcionamento no curso. Podemos citar a Brinquedoteca Maria Filó e o Projeto de Atendimento Psicopedagógico. Inicialmente, a Brinquedoteca foi pensada para atender as/os filhas/os das/os discentes do Curso, pois costumavam levar suas/eus filhas/os para as aulas. As/Os docentes perceberam que tal situação que não era ideal nem para as mães, muito menos para as crianças.

A sala de Atendimento Psicopedagógico é um serviço de apoio ao aluno com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem, assim como também para orientar aos pais/responsáveis e professores da comunidade. A mesma também serve de suporte para atender as escolas que participam do Projeto de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Pedagogia.

Nessa perspectiva, a educação enquanto processo de transformação social se ajusta aos embasamentos teóricos fundamentais à formação humana, principalmente, na Educação Básica que redonda saberes docentes profissionais, pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem (UFMA, 2023). Dessa forma, a UFMA, enquanto Universidade formadora, vinculada ao MEC, reconhece no âmbito de sua autonomia, a necessidade de garantir uma formação plena aos docentes para a Educação Básica.

### 2.3 Legislação sobre o curso de Pedagogia

A legislação educacional constitui um manual para orientar e regulamentar as práticas pedagógicas, garantindo que os profissionais da educação possam oferecer um ensino de qualidade e que se adeque às diretrizes estabelecidas.

Assim, a Lei nº 4.024/1961 – primeira LDB, em seu Art.70 trazia a seguinte declaração: “o currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação” (Arantes, 2014). Depois disso, surgiu outro marco no curso de Pedagogia, o Parecer do Conselho Federal de Educação CFE nº251/1962 pela autoria de Valnir Chagas que fez referência à Lei 4.024/1961.

De acordo com Arantes (2014), em 1968, pela lei nº5.540, o curso de Pedagogia deixou de fazer parte das Faculdades de Filosofia e passou a fazer parte e a ser oferecido pelas Faculdades de Educação, regulamentadas pelo parecer CFE nº 252/1969 e pela Resolução CFE nº 2/1969 que estabeleciam as normas de seu funcionamento de acordo com os princípios da Lei 5.540/1968 citada anteriormente. Sobre a estrutura curricular do curso, à época, salienta Arantes (2014, p. 283):

A estrutura curricular do curso foi dividida em duas partes: a comum, que era à base do curso, e a diversificada, que oferecia diversas habilitações de duração plena, compostas por Magistério das disciplinas pedagógicas na Escola Normal, Orientação Educacional; e de curta duração, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar. As habilitações passaram a

compor a parte final na estrutura do curso de Pedagogia, ao contrário do formato anterior composto por bacharelado e licenciatura.

Vale dizer que de acordo com o parecer CFE nº 252/1969, o curso de Pedagogia passou a conferir apenas o grau de licenciado, fazendo com que o bacharelado fosse abolido. Por outro lado, a didática que, outrora era uma sessão, se tornou uma disciplina obrigatória do curso (Arantes, 2014).

A partir da LDB, Lei nº 9.394/96, novos rumos para a educação foram traçados, inclusive para os profissionais que atuam nessa profissão. Vejamos no Art. 62 o nível da formação de professores para exercerem seu ofício na Educação Básica:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

O Art.62 mostra que o curso superior de licenciatura em Pedagogia forma professoras/es para atuarem na Educação Básica e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Sem muitas alterações, o Parecer CNE/CP nº 5/2005 promulgou a estruturação curricular do curso, permanecendo em três núcleos formativos de Estudos Básicos; Aprofundamento e diversificação de estudos e Estudos Integradores (Arantes, 2014). O art. 6 descreve:

A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de:

I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas [...]

II - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais [...]

III - um núcleo de estudos integradores que proporcionará enriquecimento curricular [...].

Sobre a formação profissional da/o Pedagoga/o, a Resolução CNE/CP nº 1/2006, em seu Art. 4º declara:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras



áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

A Pedagogia na Educação Infantil desempenha um papel relevante no desenvolvimento das crianças, mas para que haja qualidade no desenvolvimento social e cognitivo dos estudantes, é necessário estabelecer métodos eficazes que irão colaborar nesse processo. Para isso, a legislação brasileira estabelece diretrizes e normas concernentes à Educação Infantil, sendo a LDB o principal documento que rege esse processo.

A Educação Infantil, nível de ensino voltado para crianças entre 0 e 05 anos, é, sem dúvidas, uma etapa crucial na formação das crianças. É nessa fase que as crianças se desenvolvem a partir de aulas e brincadeiras educativas, proporcionando assim um desenvolvimento conjunto: físico, cognitivo, emocional e social.

A atual LDB foi promulgada em 1996 e já sofreu inúmeras atualizações. Ela regulamenta todos os níveis e modalidades de ensino, desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Vale ressaltar que a LDB é um importante documento que embasa todo o processo educativo, no que se refere as orientações necessárias para uma adequada formação dos profissionais, garantindo que elas/es possuam conhecimentos específicos para proporcionar práticas pedagógicas consistentes que contemplem e supram as necessárias requeridas. Seus noventa e dois artigos representam um novo momento do ensino brasileiro, mais democrático. Nele podemos perceber muitos desafios, mantendo a esperança que move o trabalho de muitos docentes no país onde a realidade é diversa (Ramal, 1997).

Nesse sentido, apresentamos no Quadro 1, as principais legislações que orientam a atuação de pedagogas/os, no âmbito da Educação Infantil:

Quadro 1 - Leis que regem a Educação/Educação Infantil no Brasil

<b>Constituição Federal</b>	A Constituição Federal de 1988 é considerada a lei máxima do país que estabelece princípios e diretrizes sobre assuntos gerais, inclusive sobre a educação. Ela reconhece e caracteriza a educação infantil como um direito fundamental da criança e promove esse direito de forma gratuita e democrática.
<b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)</b>	A LDB, lei nº 9.394/96, já citada anteriormente, é a principal legislação que regulamenta a educação no Brasil. Ela é a principal responsável por

<b>Plano Nacional de Educação (PNE)</b>	estabelecer as bases e diretrizes para todos os níveis e modalidades de e ensino. a LDB também define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, situando objetivos, organização e funcionamento.  O PNE, lei nº13.005/2014, é um instrumento de planejamento que estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país. Esse plano também garante a ampliação do acesso ao ensino.
<b>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil</b>	São documentos elaborados pelo conselho nacional de educação CNE que orientam a elaboração dos currículos e a organização dos conteúdos da educação infantil. Esse documento é crucial para o acesso dos professores, pois ele estabelece princípios pedagógicos, objetivos e competências a serem alcançadas.
<b>Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)</b>	Lei nº 8.069/1990, é um conjunto de normas que garantem os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. O ECA é de extrema importância pois é um documento que assegura o direito à proteção, saúde educação e outros assuntos pertinentes.

Fonte: organizado pela autora (2024).

Com base nessas legislações, retomamos o que orienta a Lei nº 9.394/96, no art. 62, § 4º sobre os processos de construção da identidade docente, estabelecendo princípios e procedimentos formativos a serem adotados pelas instituições de nível superior. Dentre as orientações, enfatiza-se: “A formação de docentes para atuarem na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos de educação [...]” (Brasil, 1996).

Na tentativa de assegurar a formação em nível superior, aos docentes da Educação Básica, o governo instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) para os anos de 2014 a 2024. Esse documento é de fundamental importância e trata sobre a política pública de estado para a educação, estabelecendo metas para garantir o direito à educação para todos dentro da sociedade. Dentre as metas estruturadas, citamos a de nº 15, que enfatiza:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (Brasil, 1996).

Em relação à meta citada, vale mencionar a articulação necessária entre a formação inicial, formação continuada, condições de trabalho, salário e carreira dos

profissionais da educação, a fim de que seja articulada ao Sistema Nacional de Educação, como determina o Plano Nacional de educação – PNE.

### **3 PEDAGOGIA SOCIAL: ENSINAR PARA INTEGRAR E TRANSFORMAR**

O enfoque central desta subseção é compreender a Pedagogia Social como uma ciência, portanto, é necessário verificar o que a literatura tem produzido sobre o tema e entender sua gênese na sociedade, como também, conhecer os campos de atuação que a Pedagogia Social contempla.

#### **3.1 A gênese da Pedagogia Social**

Primordialmente, a Pedagogia Social teve sua gênese na Europa, mais especificamente na Alemanha, por volta do século XIX e tinha como propósito contrapor-se à educação escolar formal, considerada, na época, como elitista e que beneficiava os mais favorecidos (Barbosa *et al.*, 2020).

Cabanas (1997) descreve que os pesquisadores alemães atribuíram o surgimento da Pedagogia Social, enquanto prática, ao surgimento da Revolução Industrial, alegando que o processo de industrialização na sociedade provocou sérios problemas e que atingiu variados grupos humanos. Dentre os problemas, destaca-se: greves, imigrações e aglomerações urbanas que foram considerados fatores que causaram a desestruturação de vidas humanas. É a partir dessas problemáticas que a educação social se manifesta, trazendo um conforto aos mais prejudicados.

Segundo Cabanas (1997) *apud* Machado (2015), na Alemanha esses problemas surgiram com mais intensidade durante a Primeira Guerra Mundial e com suas consequências no pós-guerra. O autor localiza historicamente a época do nascimento e consolidação da Pedagogia Social alemã que corresponde à República de Weimar (1919 – 1933).

No período Weimar, aconteceram movimentos pedagógicos que fortaleceram a ideia de uma Pedagogia Social (Cabanas, 1997). A existência de espaços educativos no campo, as escolas tecnicistas para preparar os jovens para o mercado de trabalho e as universidades públicas configuravam o cenário educacional dessa época. Sobre esse período, Machado (2015, p. 45) destaca:

No período da República de Weimar também surgiram ações de educação de adultos, por meio de uma experiência significativa, que Cabanas (1997) relata. Essa iniciativa foi a Academia do Trabalho, fundada por E. Rosenstock-Huessy em Frankfurt (1921), na qual se estabelecia um contato entre proletários e acadêmicos e utilizava-se um novo método, em que, a partir dos acontecimentos cotidianos, chegava-se à formulação de problemas científicos. Também foi propiciada a fundação de bibliotecas populares que estimularam a prática da leitura pelas comunidades.

É nesse episódio que Herman Nohl (1879 – 1960), considerado o pai da Pedagogia Social na Alemanha entra em cena. Machado (2015) enfatiza que Nohl fundou a Universidade popular em Jena (uma cidade da Alemanha, localizada na Turíngia, sendo considerada a terceira maior cidade deste estado). Devido o cenário pós-guerra, ele se sentiu motivado a se debruçar ainda mais sobre a Pedagogia Social.

Por esse fato, Nohl desenvolveu um seminário em que discutiu os sérios problemas que inundou vários jovens e os deu a atenção necessária por meio de um trabalho interdisciplinar envolvendo a área jurídica, a psiquiatria e o trabalho social (Machado, 2015). Foi assim que ele formulou inicialmente a ideia e ação da Pedagogia Social, sendo Nohl o responsável por sua resolução e sua fundamentação teórica.

No Brasil, a Pedagogia Social surgiu da necessidade de proporcionar métodos educacionais para grupos minoritários e vulneráveis. Logo, é uma ciência voltada para a superação de conflitos sociais. Caliman (2009) conceitua a Pedagogia Social como uma ciência voltada para indivíduos e grupos, com o intuito de promover a socialização de sujeitos humanos.

Por meio disso, no ensino contemporâneo brasileiro novos rumos e metodologias são incorporadas às práticas das/os professoras/es. Nos espaços extraescolares de educação, como: ONGS, penitenciárias, centros de reabilitação, hospitais, etc... É indubitavelmente necessário atender as demandas sociais da população menos favorecida e excluída de exercer seu direito intrínseco à educação. Nesse contexto, as atribuições da/o pedagoga/o no âmbito social, são urgentes, visto que o intuito principal desse trabalho é alcançar vidas, ressignificar mentes, fortalecer e emancipar pessoas para terem voz e vez.

Diante do que foi supracitado, a Pedagogia abrange vários campos de atuação, um deles é a Pedagogia Social, uma ciência que busca a democratização da educação para todas as pessoas existentes na sociedade, uma área que transcende os muros da escola e olha para as necessidades básicas dos indivíduos, que luta por

uma educação de qualidade e pela formação cidadã. No Quadro 2, apresentamos alguns países que oferecem formação nessa área, com suas respectivas durações, áreas de atuação e regulamentações.

Quadro 2 - Formação e área de atuação em países europeus

<i>País</i>	<i>Formação</i>	<i>Duração</i>	<i>Áreas de atuação</i>	<i>Regulamentação</i>
<b>Alemanha</b> <b>Pedagogo Social</b>	Instituto Superior profissional	3 anos	Área social. Não atende necessidades especiais	Sim
<b>Bélgica</b> <b>Educador Guia Especializado</b>	Escola Superior de Ensino Pedagógico	3 anos	Área pedagógica, sanitária e socioeducativo	Sim. Desde 96
<b>Espanha</b> <b>Educador Social</b>	Ministério da Educação	3 anos	Área socioeducativa, sociocultural e especializada	Sim
<b>Irlanda</b> <b>Educador Social</b>	Diploma interno reconhecido	3 anos	Jovens com problemas de saúde e menores com dificuldade social e com necessidades especiais	Não
<b>Luxemburgo</b> <b>Educador Profissional</b>	Ministério Nacional da Educação	3 anos	Educação e animação social, orientação sócio-profissional - educação para saúde	Sim
<b>Portugal</b> <b>Educador Especializado</b>	Instituto Superior de Ciências Sociais e escolas superiores; Faculdade de Psicologia	3 anos	Marginalidade. Jovens e adultos delinquentes	Não

<b>Suécia</b> <b>Pedagogo Social</b>	Universidade de Estocolmo. Faculdade de Medicina. Departamento de Ciências Sociais	3 anos	Problemas sociais e psicossociais - crianças, adolescentes e adultos. Ajudas sociais	Não
<b>Suíça</b> <b>Educador Especializado</b> <b>Pedagogo social</b>	Escolas públicas e escolas reconhecidas de autoridade pública.	3 anos	Campo pedagógico sanitário e socioeducativo	Não

Fonte: Scarpa, Corrente (2007), adaptado de E. M. Machado (1998).

O quadro 2 destaca as áreas de atuação do/a pedagogo/a social e sua formação na área, tendo em vista que todos os países elencados respectivamente, são europeus.

### 3.2 Educação e equidade: O Diálogo entre Pedagogia e Pedagogia Social

Pensar a Pedagogia somente como uma área que se dedica à educação em instituições escolares formais é um tanto equivocada. Olhar por essa ótica, reduz o trabalho pedagógico exercido por profissionais que se preocupam e se empenham em buscar meios para a transformação significativa dos sujeitos através de seus estudos.

A Pedagogia como um campo de estudo, pode ser entendida como um conjunto de estratégias e métodos de ensino para o melhor desenvolvimento da aprendizagem dos indivíduos. Portanto, a partir do que já foi apresentado, a Pedagogia é a base da educação, devido sua pertinência, tanto na teoria, quanto na prática.

Em contrapartida, Machado (2015) enfatiza que na Educação Social, seriam sistematizadas as práticas educativas que acontecem em diferentes espaços e que não tem como manual o currículo formal escolar, no quesito transmitir conteúdos inseridos na grade.

Dessa forma, o trabalho educativo ofertado em espaços distintos como: Instituições de abrigos, hospitais e programas sociais, tem a Pedagogia Social como uma ciência que contribui para suprir as necessidades e amenizar uma dura realidade. Portanto, a Educação Social está atrelada à Pedagogia Social, pela necessidade de

elaborar métodos educativos e recursos para atender às demandas dos locais em questão. Mesmo que haja definições diferentes, a Pedagogia e a Pedagogia Social/Educação Social carregam a mesma essência e em ambas, a educação é o denominador comum.

Atualmente, a/o pedagoga/o é fundamental para atuar tanto dentro da escola, quanto fora. Porém, ainda há uma grande desinformação por parte das/os graduandas/os no que se refere aos campos de atuação do profissional. Isso porque, as duas frentes mais exercidas é/são a docência e gestão educacional em escolas.

Para Libâneo (2010), ninguém escapa da educação, seja ela formal ou não formal. A Pedagogia Social é como se fosse uma interface da Pedagogia. Em ambas, o conhecimento pode chegar de diferentes modos e diferentes espaços. A educação pode ser ofertada em diferentes lugares, seja em casa, na escola, na igreja ou na rua. Isso implica dizer que há inúmeras possibilidades de promover o ensino, e a/o professor/a pode exercer a sua profissão de múltiplas maneiras e em lugares distintos (Libâneo, 2010).

Para Freire (1967), a educação tem que ser libertadora e a/o Pedagoga/o Social é a/o condutor/a para que a educação possibilite essa libertação a uma sociedade oprimida. Por esse viés, no livro “Educação como prática de liberdade”, ele afirma:

Na sociedade fechada, temos como democracia, participação popular, liberdade, propriedade, autoridade, educação e muitos outros, de que decorriam tarefas específicas, tinham uma tônica e uma significação que já não satisfazem a sociedade em trânsito. Nossa preocupação de resto, era a capitação dos novos anseios, como a visão nova dos velhos temas que se consubstanciando, nos levariam a uma sociedade de massas em que, descriticizado, que daria o homem acomodado e domesticado (Freire, 1967, p.47).

A/O pedagoga/o tem múltiplas escolhas de atuação, possibilidades expostas nas Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia, tendo em vista que a licenciatura em Pedagogia é direcionada à prática docente. É necessário pensar à frente, onde o ensino na formação acadêmica da/o pedagoga/o seja voltado para as áreas não escolares, bem como para a docência.

A Pedagogia para Pimenta (2006), é a ciência que tem a prática social da educação como objeto de investigação e de exercício profissional, no qual se inclui a docência, embora nele se incluam outras atividades de educar, pois não há longitude que impeça a chegada do conhecimento. A esse respeito, podemos concordar que:

A pedagogia social, portanto, constitui uma teoria educacional não reduzida às tendências escolares e preocupada com a formação do ser humano em suas múltiplas relações sociais. Pedagogia essa que deve possibilitar a integração entre os saberes e as práticas cotidianas das populações socialmente excluídas com o saber científico, ao pautar uma educação inclusiva e para a diversidade cultural, que seja política e eticamente engajada com as problemáticas sociais dessas populações (Mota Neto; Oliveira, 2018, p. 25).

A Pedagogia Social é a construção de uma prática educacional não formal/não escolar, responsável pelas relações interpessoais. Tal prática deve ser bem elaborada e com objetivos claros para alcançar a população menos favorecida, promovendo a inclusão e amenizando o problema da falta de acesso à informação e ao conhecimento científico.

Apesar das dificuldades encontradas pelas/os docentes ao lecionar e elaborar estratégias pedagógicas em espaços não escolares onde o público é eclético e com histórias diversas, é de grande importância que a/o Pedagoga/o Social seja orientada/o e preparada/o para lidar com as problemáticas existentes nesse campo de atuação.

O ensino institucionalizado nem sempre corresponde ao esperado, principalmente quando se trata de alcançar algumas comunidades como por exemplo; indígenas, quilombos entre outros. Nesse caso, uma pedagogia integrativa é, de fato, um meio que possibilita o acesso de povos e comunidades que não podem adentrar a uma escola e frequentar as aulas. Assim, reiteramos o que a Constituição Federal de 1988 diz no artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988).

Conforme o referido artigo da nossa Carta Magna, a educação é um direito de todos, sem restrição, seja dentro de uma sala de aula ou fora dela. Todos devem receber um ensino de qualidade alinhado à formação cidadã. Entretanto, vale dizer que a Pedagogia Social serve também para fortalecer o conhecimento que o cidadão já possui. Esse mecanismo de ensino é um caminho que leva o indivíduo a recuperar o que foi perdido em termos de conhecimento e, através dessa oportunidade, ser um



cidadão ativo socialmente. Isso inclui oportunidades no mercado de trabalho, valorização do *eu*, opinião política, etc...

Já a LDB/1996, em seu artigo 5º, fornece a orientação necessária aos cidadãos sobre seus direitos:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). § 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

II - Fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (BRASIL, 1996).

A LDB reforça o que a Constituição Federal de 1988 menciona. A educação é um direito de todos, é dever do Estado e da família conduzir as crianças e adolescentes ao processo de aprendizagem. Essa preocupação em fornecer uma educação de qualidade não se restringe a um grupo específico ou uma faixa etária, mas sim ao público em geral.

Por seu turno, o projeto de Lei nº 5346/2009, aprovado pela Câmara dos Deputados, consagra a profissão e formação de Educador e Educadora social nos diferentes campos de atuação. Assim, o Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Educação Social é a profissão do educador social, pedagogo social e de profissionais com formação específica em Pedagogia Social, nos termos desta Lei.

Art. 2º A Educação Social possui caráter sociocultural, socio pedagógico e sociopolítico e relaciona-se com a realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 3º Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício da atividade.

Art. 4º São atribuições do Educador Social, em contextos educativos situados fora do âmbito escolar, as atuações que envolvem:

I – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica;

II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidade remanescentes e tradicionais;

III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

IV – a realização de atividades socioeducativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;

V – a realização de programas e projetos educativos destinados à população carcerária;

VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII - o enfrentamento à dependência de drogas;  
 VIII – as atividades socioeducativas para terceira idade;  
 IX - a promoção da educação ambiental;  
 X – a promoção dos direitos humanos e da cidadania. Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação (Brasil, 2009).

O modo como educador social se insere no universo das relações sociais e nela se adequa, esboça seu anseio pela transformação, e através de sua capacidade criativa, ajuda os sujeitos a compreender sua força emancipadora em meio a uma realidade social desafiadora. É nítido o papel construtor do pedagogo no âmbito social, e fica evidente a necessidade do seu trabalho para a formação cidadã.

### 3.3 Atribuições da/o Pedagoga/o Social/Educador/a Social

Definir o que é Pedagogia Social, Educação Social e Trabalho Social não é uma tarefa fácil devido à complexidade destas áreas. Porém, há uma tentativa de explicar ao máximo possível suas peculiaridades e contribuições para que possamos compreender melhor os conceitos destacados.

O que podemos entender a partir da literatura, é que, não é possível falar dessas áreas de maneira separada. Elas estão entrelaçadas, sendo que, um conceito complementa o outro, dificultando até o entendimento e não sabendo diferenciar uma da outra (Machado, 2015). Petrus (1997) faz referência a concepção de Paul Natorp sobre a Pedagogia Social, quando afirma:

No prólogo que escreveu em 1913 para a edição espanhola da sua conhecida Pedagogia Social, Paul Natorp disse que isto não se referia apenas à “educação nas suas formas tradicionais nem à educação do indivíduo isolado, mas (a) que do homem que vive em comunidade, porque a sua finalidade não é apenas o indivíduo”. Paul Natorp queria que a Pedagogia Social se tornasse uma ciência social, condicionada pela comunidade e ligada ao Direito, à Política e à Economia. Este carácter global e comunitário da Pedagogia Social, bem como a sua ligação com a filosofia neokantiana e a sua oposição à tradição pedagógica herbartiana, levam-no a afirmar que o homem individual é uma abstracção, pois em cada pessoa subsiste a totalidade da comunidade em que se desenvolve. A comunidade é, para Natorp, a condição que permite o progresso da humanidade e o ideal ao qual toda ação educativa deve referir-se. “O homem só se faz através da comunidade”, afirma claramente o “fundador” da Pedagogia Social. (Petrus, 1997, p. 7, tradução minha).

Nesse sentido, Cabanas (1997) elenca três conceitos para compreendermos a educação social:

- I. educação social entendida como forma exclusiva da educação, direcionada à essência e à finalidade do trabalho educativo, entende que esse se reduz à perspectiva de socialização do indivíduo;
- II. educação social como um aspecto importante da educação geral, junto a outros aspectos, como a educação intelectual, física, moral e religiosa. Seu objetivo é a socialização do indivíduo e seu aprimoramento integral;
- III. educação social como forma pedagógica do trabalho social, atende pela educação aos problemas de marginalização ou de carências sociais em que se encontram muitos grupos ou indivíduos.

Zucchetti (2008, p. 3), esclarece as áreas citadas na tentativa de conceituar cada uma delas:

[...] a pedagogia social/educação social e o trabalho social/serviço social compartilham práticas e objetivos que, por vezes, acabam por apresentar a pedagogia social como atividade pedagógica do trabalho social. Entretanto, apesar das convergências, o destaque dá-se por conta de que a pedagogia social e o serviço social são identificados como profissões distintas. O trabalho social/serviço social sustenta-se sobre uma ação-intervenção realizada em favor da defesa dos direitos da cidadania e do acesso aos serviços de bem-estar. A pedagogia social supera a lógica do bem-estar social para uma perspectiva complexa que se aproxima dos conceitos de qualidade de vida, desde intervenções e finalidades pedagógicas. Ambas, intervenções e finalidades, afirma o autor, promovem o desenvolvimento humano e a qualidade do viver. Tal afirmação considera duas orientações principais, tratadas na obra: a necessidade de enfrentamento às situações de risco que inibem ou dificultam a integração social, especialmente dos que estão mais expostos aos processos de exclusão social, precariedade e dependência, e a confirmação do compromisso de resgate de uma sociedade qualitativa e quantitativamente mais igualitária, justa e unida.

Como citado, essa compreensão de que a prática educativa está intrinsecamente ligada a uma prática social, nos permite entender melhor que tais áreas, e, principalmente a primeira, ocorre em vários lugares e de modos diferentes. Basicamente, quando nos referimos ao processo de ensino-aprendizagem, imediatamente ligamos a formação de saberes circunscritos à sala de aula, mas com a compreensão desta como prática social, a educação/ensino podem ser vistos com outros olhares.

Os conceitos de Pedagogia Social e Educação Social apresentados, precisam de agentes que possam tirá-los da teoria e exercê-los. Essas atribuições são direcionadas aos pedagogos licenciados e especializados, acatando a Resolução CNE /CP nº1, que dá licença para atuarem em espaços escolares e não-escolares.

O modo pelo qual a/o educador/a social entra no universo das relações humanas e participa dela, está relacionado com o desejo de transformação, seu compromisso ético e suas experiências de vida Mota (2011). Sobre o processo de formação e o campo de atuação da/o Educador/a social (Mota, 2011, p. 30) diz:

O processo de formação e o campo de atuação do educador social são caracterizados por embates ideológicos, ações de grupos organizadas, contendas políticas e religiosas, experiências de injustiças, perdas e frustrações. Tal contexto sociopolítico exige dele capacidade de se apropriar da realidade e nela intervir pedagogicamente, de mediar relações entre indivíduos, famílias e instituições, de modo a abrir perspectivas para o bem-estar individual e social.

Refletir sobre a educação social requer uma compreensão da antologia, ramo da filosofia que estuda a ciência do ser/existência e realidade. O ser humano não pode ser reduzido a algo trivial, não é um mero receptor de informações aleatórias. Pelo contrário, o ser social tem suas peculiaridades e uma capacidade impressionante de sonhar. A vocação do ser humano está na liberdade, criatividade e a se ambientar na sociedade, entendendo a realidade do mundo a partir do conhecimento.

No Brasil, pode atuar como Educador/a Social quem possui Ensino Médio, Técnico, Formação em Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e outros. Era muito comum que esse papel social exercido por profissionais, se iniciasse a partir do voluntariado, principalmente em ONGs. Porém, isso mudou e a especialização na área tem sido cada vez mais requisitado.

Para Aquino (2011), os espaços em que as/os pedagogas/os podem estar inseridos, são múltiplos, considerando sua formação, onde podem desenvolver métodos educativos e ações voltadas para as pessoas. Afinal, quais são as atribuições da/o pedagoga/o social/educador/a social e seus espaços de atuação? Vemos no Quadro 3 um comparativo elaborado por Aquino (2011) com os espaços de atuação da/o Pedagoga/o Social, as ações desenvolvidas nesses espaços e seus objetivos.

Quadro 3 – Espaços de atuação do pedagogo

Espaços de formação e atuação da/o pedagoga/o social	Ações desenvolvidas	Objetivos
Escola	Participação na organização e gestão da escola, por meio de atividades de estimulação e motivação, organização de conteúdos, domínios de instrumentos de avaliação da aprendizagem procurando amenizar as dificuldades de aprendizagem.	Proporcionar a aprendizagem e o desenvolvimento tanto social como cognitivo dos alunos. Coordenar e implantar no estabelecimento de ensino as diretrizes do Projeto Político-Pedagógico. No Regimento Escolar, auxiliar o corpo docente, supervisionando o sistema de ensino, proporcionando aprendizagem dentro da escola de forma integral.

<b>Instituição hospitalar</b>	O pedagogo deverá ter um conhecimento prévio referente ao paciente, então irá intervir por meio de atividades lúdicas e recreativas para que auxiliem a criança a desenvolver suas capacidades cognitivas, emocionais e sociais.	Favorecer o processo de socialização da criança; dar segmento aos estudos da criança afastada da escola, ajudando, com isso, o processo de adaptação do ambiente hospitalar, motivando a recuperação e proporcionando a continuidade educacional.
<b>Empresas</b>	Planejar, desenvolver e administrar atividades relacionadas à educação na empresa, como treinamentos; elaborar e desenvolver projetos; auxiliar o desempenho profissional dos funcionários das empresas.	Qualificar os profissionais que atuam na empresa, preparando-os para lidar com várias demandas, motivando-os a crescer e a produzir mais dentro da própria empresa.
<b>Sindicatos</b>	Atuar fazendo planejamento, coordenação e execução de projetos de educação formal de qualificação e requalificação.	Qualificar e requalificar o trabalho, habilidades e competências de seus associados no mercado de trabalho.
<b>Turismo</b>	Auxiliar, por meio de atividades educativas, o conhecimento de uma localidade, acompanhada de sua história e cultura.	Contribuir no aprendizado sobre o multiculturalismo, valorizando as diversidades culturais e favorecendo a construção de uma consciência de preservação ecológica.
<b>Museus</b>	Desenvolver atividades educativas dentro desse espaço, juntamente com uma equipe interdisciplinar.	Proporcionar aos visitantes a compreensão da importância da memória cultural e da sua relação com a atualidade.

Fonte: Aquino (2011).

Vemos que a/o pedagoga/o social em suas práticas, se propõe a mergulhar na busca pela ressignificação do *eu* dos indivíduos e sua atuação lhe permite articular estratégias para a organização de metodologias compatíveis com as reais necessidades de cada grupo; escola; instituição hospitalar; empresas; sindicatos; turismo e museus. Contudo, vale ressaltar que a/o pedagoga/o social deve se apropriar de estudos e pesquisas relacionados ao seu trabalho, e se atualizar constantemente sobre seus espaços de atuação. Por isso, elas/es:

[...] devem se perceber como profissionais da educação, devendo ter domínio das teorias e fazeres próprios do ofício especializado nos processos de ensino e aprendizagem para o exercício virtuoso e valorização do trabalho dos professores em todas as áreas da educação intencional (Perez, 2013, p. 394).

Sob a perspectiva da educação não escolar, a/o pedagoga/o social é compreendido como profissional preparado e aguerrido para atuar diretamente com pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade, visando sempre a educação intencional, que é aquela em que há um esforço explícito e declarado no ato de ensinar de modo estruturado, planejado e sistemático, como salienta Perez (2013).

Desse modo, podemos questionar: Que espaços existem em Codó para desenvolvimento da Pedagogia Social e como é a atuação das/os pedagogas/os nestes espaços? As respostas a estes questionamentos foram organizadas na seção seguinte.

#### **4 EM CAMPO: INVESTIGANDO O TERRENO E COLETANDO DADOS EM BUSCA DE RESPOSTAS**

Conforme mencionado, nosso interesse com esta etapa é entender as atribuições da Pedagogia Social e o trabalho pedagógico desenvolvido pelas/os pedagogas/os em instituições não escolares. Além disso, é primordial obter informações sobre o desenvolvimento das tarefas cotidianas em ambientes não escolares e como essa modalidade de ensino pode ser fundamental na vida dos indivíduos.

Por isso, nessa seção apresentamos as três instituições (Unidade Prisional, PLAN Internacional e Casa São Pio de Codo/MA), onde a etapa de campo foi desenvolvida, bem como as respostas das/o pedagogas/os ao questionário sobre suas atribuições e rotina.

##### **4.1 Casa de Idosos São Pio**

A casa de Idosos São Pio fica localizada à Rua Três, 1052, Codó/MA. Essa instituição recebe idosos em situação de risco social, onde os idosos que lá estão são abandonados pelas suas famílias. A casa de idosos, possui um espaço amplo, com

três quartos, sala, banheiros, uma praça e um refeitório que é utilizado para as refeições como: café, almoço e jantar. O mesmo local também é usado como sala de aula, visto que ainda não foi construído uma sala específica para este fim.

O responsável pela instituição é o Frei Bernardo Maria. Na casa, para onde são encaminhados, a triagem começa com uma ação do Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), com apoio do Ministério Público Estadual.

Além da moradia e alimentação, os idosos recebem atendimento médico toda semana. No local em questão, há um cuidado integral com todos ali, uma assistência religiosa e a participação de voluntários que visitam, fazem festas e que sempre estão programando algum evento para que possam ter esse convívio ainda com a sociedade.

Por meio das informações supracitadas, é notório o cuidado que a instituição tem com os idosos, há o envolvimento de uma equipe médica incluindo fisioterapeuta e enfermeira, uma pedagoga e uma assistente social, além de ser um lugar agradável e bem cuidado.

#### 4.2 Unidade Prisional de Ressocialização de Codó (UPR/CODÓ)

A Unidade Prisional de Ressocialização de Codó (UPR/CODÓ), está ambientada à Rua 31 de março, Bairro São Pedro, e tem capacidade para duzentos detentos. De acordo com o pedagogo/ coordenador pedagógico, a instituição trabalha em uma perspectiva voltada para a ressocialização através da educação.

A estrutura da ala escolar é composta por três salas. A primeira é destinada para estudantes que realizam cursos profissionalizantes e o Exame Nacional Do Ensino Médio (ENEM). O ambiente é personalizado e possui computadores. A segunda é destinada para estudantes da EJAI e a terceira para estudantes do Ensino Médio. Ambas as salas possuem um quadro e dois banheiros externos. O funcionamento da escola dentro da unidade, é de segunda-feira à sexta-feira.

O coordenador pedagógico da Unidade nos forneceu importantes informações sobre a remissão de pena. A remissão de pena por intermédio da literatura, é um projeto onde os internos podem remir a pena através da leitura de livros clássicos. Após a leitura, eles escrevem uma resenha ou resumo sobre o que foi lido,

posteriormente, ele é avaliado por uma banca de professores que atribuirão uma nota superior a seis. Vale dizer que para a remissão de pena ser consumada, é necessário a leitura de uma obra literária por mês durante ano.

Dessa forma, percebemos que o indivíduo privado de liberdade, além de ter aulas regulares, a leitura e a escrita de resenhas, possibilita a redução de pena. Por meio disso, esse trabalho desenvolvido por pedagogas/os dentro da unidade, dá chance ao presidiário de se conectar com o mundo da literatura e despertar nele o senso crítico e o interesse por conhecer obras clássicas de diferentes autores.

Para Pereira (2018), a educação nas prisões é resultado de intensas discussões na sociedade e nos órgãos governamentais, especificamente no Ministério da Educação e no Ministério da Justiça. As entidades citadas, busca tornar o sistema prisional brasileiro mais humano, garantindo assim, o direito à educação a todas as pessoas privadas de liberdade.

Nesse aspecto, a Lei nº 12.433/2011, que alterou a Lei de Execução Penal I, Lei nº 7.210/1984, normatizou a remição da pena por estudos, assegurando ao condenado o cumprimento da pena em regime fechado ou semiaberto. Este poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena (Brasil, 2011).

#### 4.3 PLAN Internacional

No município de Codó, a PLAN Internacional está localizada na Avenida Santos Dumont, 3888, Bairro São Sebastião e funciona todos os dias, das 8h até às 17h.

A PLAN Internacional é uma ONG humanitária não-governamental que desenvolve programas e projetos com o objetivo de empoderar crianças, adolescentes e jovens com até 24 anos em suas comunidades, levando informação que as ajudem a transformar a realidade na qual estão inseridas.

Além disso, a PLAN Internacional trabalha pelo direito incondicional das meninas, levando incentivo e ajuda para elas, pois muitas vezes essas crianças são reprimidas pela pobreza, violência e exclusão.

De acordo com a pedagoga da instituição, existe uma equipe especializada para dar suporte nos trabalhos desenvolvidos. Entre os profissionais, destaco a presença de uma Psicóloga e uma Assistente Social. Vale destacar que o projeto desenvolvido pela pedagoga no período pandêmico teve como foco o empreendedorismo, pois muitas mulheres ficaram desempregadas nesse período



conturbado. Muitas empresas priorizaram homens, e esse projeto veio para romper a desigualdade de gênero no mercado de trabalho no município.

#### **4.4 O PODER DA PERGUNTA: Desvendando dados com questionários**

A pesquisa incluiu um Pedagogo/Coordenador pedagógico e duas pedagogas. O professor Silvio – que trabalha no turno vespertino na Unidade Prisional, a professora Délia - que trabalha no turno vespertino na Casa de Idosos São Pio e por último a professora Martonia - que trabalha na instituição PLAN em período integral.

Por meio do questionário, foi perguntado para o Silvio: “Quais as funções da/o pedagoga/o nesta instituição?” O mesmo relatou:

Uma das funções do pedagogo aqui na Unidade Prisional é dar condições para os detentos em relação ao seu desenvolvimento pessoal e educacional, tais como: leitura de livros que prevê a remissão de pena para estudo e por ressocialização (Fonte: entrevista concedida por Silvio, em 3 de junho de 2024).

De acordo com a resposta dada pelo pedagogo, percebemos que a prática pedagógica dentro da unidade de ressocialização, é desenvolvida da melhor maneira possível, visando sempre o conhecimento e evolução dos detentos atrelado à remissão de pena através da leitura de livros que é um dos principais focos. Por esse viés, o objetivo desse projeto é oportunizar ao preso, remir parte da pena pela leitura mensal de uma obra literária, clássica, científica ou filosófica, livros didáticos, inclusive livros didáticos da área da saúde, dentre outras, previamente selecionadas pela Comissão de Remição para leitura e para a elaboração de relatório de leitura ou resenha, previsto em lei. Vale destacar, que o estado do Paraná foi o pioneiro a permitir a remissão de pena por estudo, nº. 12.433, de 29 de junho de 2011, Paraná (2012). Nessa perspectiva, para Santos; Serra; Moraes (2023, p.8)

em relação à leitura literária no cárcere, que se caracteriza pela educação não formal, é um projeto que objetiva possibilitar práticas de letramento e possibilidades de reintegração ao convívio social, levando o indivíduo a reflexões complexas sobre a vida, o eu e o outro.

A existência de livros dentro das unidades prisionais, é de extrema importância como já foi enfatizado anteriormente, não só para passar o tempo, mas para transformar mentes, vidas e caminhos. É essencial que o poder público, a sociedade

e os próprios detentos vejam uma oportunidade de mudança através da leitura. Esse é o meio mais viável para estimular o senso crítico e entender o mundo complexo em que vivemos, sobretudo, refletir e entender o poder de um bom livro, pois:

É imprescindível ampliar o debate sobre a remição de pena pela leitura para refletir sobre os diferentes sentidos atribuídos às práticas de leitura. Afinal, ler nas prisões para quê? Ler para evitar o ócio, para controlar o tempo de vigília dos presos, o seu pensamento (afinal cabeça vazia, oficina do diabo)? Ler para substituir a escolarização em estabelecimentos prisionais federais, onde não existe oferta escolar"? (Godinho; Julião, 2021, p. 16).

Por outro lado, Cândido (1995, p. 175), destaca que "Os valores que a sociedade preconiza, ou que os considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática". Diante disso, é necessária uma escolha criteriosa das obras que serão lidas pelos detentos, ou seja, livros que tragam relevância ao indivíduo, não pode ser qualquer livro. Outrossim, Cândido (1995) relata que a literatura é indispensável ao processo de humanização, ela atua no subconsciente, desenvolvendo nossa capacidade intelectual e potencializando nosso senso crítico.

Em relação ao trabalho desenvolvido com os detentos dentro da sala de aula, Silvio responde:

Trabalhamos da melhor maneira possível, pautado na lei. A única coisa que tiramos dos detentos, é a liberdade. Em nossas aulas utilizamos vários recursos para o melhor aprendizado dos alunos, tais como: livros didáticos, datashow e palestras (Fonte: entrevista concedida por Silvio, em 3 de junho de 2024).

É nítido o comprometimento do professor dentro da sala de aula, utilizando didaticamente os recursos necessários para o aprimoramento do conhecimento dos estudantes, dando atenção e motivando-os a estudar, tanto para seu desenvolvimento pessoal, quanto para a remissão de pena. É uma oportunidade para que o detento saia do sistema prisional ressocializado e busque novos caminhos para prosseguir com sua vida. Sobre as atribuições do pedagogo dentro da unidade de ressocialização, Oliveira (2019, p.185) responde:

Os pedagogos que atuam nas unidades penais trazem consigo um referencial traduzido pelas suas experiências na docência, na coordenação, na gestão, no cotidiano, na prática do exercício profissional. No trabalho desenvolvido com os sujeitos privados de liberdade aprendem sobre a educação prisional,

suas características e possibilidades, bem como a relação entre a legislação penal e a educacional.

Com isso, os/as pedagogos/as licenciados/as, precisam se atualizar em suas práticas metodológicas, utilizando recursos para melhor atender o público que está privado de liberdade dentro de uma Unidade de ressocialização. O objetivo é que os presos tenham o direito de estudar e fazer uma escolha profissional que os levem à reintegração social.

Nesse sentido, perguntamos ao professor Silvio sobre a importância de haver pedagogos atuando em instituições não escolares. Ele ponderou que: “É importante, pois a educação é para todos e estamos aqui para motivá-los a estudar” (Fonte: entrevista concedida por Silvio, em 3 de junho de 2024).

Silvio, em sua resposta, ressalta a pertinência de haver pedagogos atuando fora do ambiente escolar, especificamente, dentro da Unidade. Gohn (2016) destaca que o aprendizado do educador social, realiza-se como em uma “mão-dupla”, isso quer dizer que ele aprende e ensina. O diálogo é o seu principal meio de comunicação, ademais, o educador social ajuda a construir com seu trabalho, espaços de cidadania no território onde atua. Em consonância com essa ideia, Godinho; Julião (2022) enfatizam que ler nas prisões significa ter contato extramuros com os livros, estabelecer ou manter vínculos de afeto, ameaçados pelo isolamento no estabelecimento prisional, assim como acompanhar a própria situação jurídica e, com base nessas informações, projetar o próprio futuro após o encarceramento. Dito isso, o professor que está à frente desse trabalho, pode mediar a situação do preso e ajudá-lo a encontrar um caminho, por meio da informação, do debate, da vontade, e principalmente, dando-lhes a oportunidade de serem sujeitos alfabetizados e letrados.

Por último, foi perguntado sobre os principais desafios que o pedagogo enfrenta com relação a aplicabilidade das atividades e qual foi o episódio mais marcante na Unidade Prisional. Ele respondeu:

Um dos desafios é que por ser um sistema prisional, há muitas limitações, é muito restrito. E sobre um episódio marcante, acredito que foi presenciar um detento que não era alfabetizado, mas ao frequentar as aulas, ele conseguiu uma evolução significativa (Fonte: entrevista concedida por Silvio, em 3 de junho de 2024).

Diante das respostas fornecidas pelo pedagogo Silvio, o trabalho desenvolvido dentro da Unidade Prisional, pode ser considerado como sólido e eficaz, visto que,

esse projeto em especial, obteve muitos resultados positivos de acordo com o que foi apurado. Portanto, esse trabalho visa alcançar vidas através da educação, promovendo a inclusão social, e é muito significativo quando há uma metamorfose pessoal, trazendo liberdade intrapessoal. Porém, ele ressalta que não é fácil o desenvolvimento pleno das atividades pedagógicas, por se tratar de um local restrito, onde há muitas limitações.

Segundo Pereira (2018), a educação prisional tem um papel decisivo na elevação da escolarização e consciência crítica da pessoa presa, possibilitando-lhe modificar seu comportamento ainda na prisão, e quando fora dela, lutar por uma condição de vida melhor por se tratar de um processo, capaz de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades.

Quando nos dirigimos à Plan Internacional, questionamos a pedagoga Martonia: Quais funções você exerce dentro da PLAN Internacional? Ela informou: “Sou educadora social. Atuo desenvolvendo atividades sociais educativas nas comunidades” (Fonte: entrevista concedida por Martonia, em 12 de junho de 2024).

De acordo com a resposta dada pela pedagoga Martonia, um dos campos que o professor/a pode atuar, é nas comunidades, tratando-se da PLAN que é uma ONG, que está a serviço da população, desenvolvendo projetos educativos, alcançando meninas e mulheres. Gohn (2016, p. 61) enfatiza:

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, por meio de organizações sociais, movimentos, programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das Organizações Não governamentais (ONGs) nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, da educação e da cultura.

Pensando nisso, o caráter paliativo do trabalho desenvolvido pelas (ONGs), é de atuar no apoio às necessidades de crianças e adolescentes que estão inseridas em contextos adversos, promovendo assistência social e gerando mudanças positivas nas comunidades.

A segunda pergunta foi: como é o trabalho desenvolvido nas comunidades do município de Codó/MA? Ela afirmou: “Trabalho com oficinas temáticas sobre empreendedorismo e empregabilidade” (Fonte: entrevista concedida por Martonia, em 12 de junho de 2024).

Martonia, ao descrever o projeto desenvolvido nas comunidades sobre empreendedorismo e empregabilidade, enfatiza que, esse projeto em especial foi elaborado na pandemia, com o objetivo de ajudar mulheres a investirem e abrirem seu próprio negócio. Para Gohn (2016 p. 63), as ONGs podem ser consideradas como “um grande celeiro das práticas de educação não formal na atualidade, especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento de projetos sociais, com grupos socioeconômicos em situação de vulnerabilidade”. Quando se trata de movimentos sociais e educação não formal, vale mencionar o movimento das mulheres, pelo qual se construiu a ideia do lugar da mulher na sociedade, seus direitos e sua visibilidade, Gohn (2016).

O desenvolvimento de um projeto com oficinas temáticas, voltado para o empreendedorismo e empregabilidade, para mulheres e, principalmente, em um período tão conturbando quanto foi a pandemia de 2020, foi de grande valia para ajudar mulheres a elaborar estratégias e adentrar no mundo do trabalho.

Logo após, perguntamos, qual a importância de haver pedagogos atuando em instituições não escolares? A mesma respondeu: “É muito importante, pois desenvolvemos atividades educativas e estratégias de trabalho” (Fonte: entrevista concedida por Martonia, em 12 de junho de 2024).

Para reforçar a ideia da professora Martonia em relação a sua resposta, Gohn (2016, p. 68) destaca que:

o Educador Social que participa de projetos sociais em uma comunidade, voltado para uma proposta socioeducativa, participa do processo de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes, e da reconstrução e ressignificação de alguns eixos valorativos, tematizados segundo o que existe, em confronto com saberes novos que se incorporam.

Em síntese, o papel desses profissionais em campos não escolares, é de suma importância, pois os projetos sociais elaborados, os recursos utilizados em suas aulas e a didática escolhida, são milimetricamente pensados para melhor atender o público-alvo.

Por último, foi perguntado a ela, quais os principais desafios que enfrenta no que tange ao desenvolvimento das atividades com suas estudantes, e qual episódio mais a marcou trabalhando nesta instituição? Martonia respondeu:

Um dos desafios é que os lugares disponibilizados pela comunidade, não possui muito conforto. A instituição disponibiliza suportes para que tenhamos

um leque de materiais pedagógicos diversificados, o transporte é seguro, sempre são ofertados lanches após cada oficina, e ação realizada (Fonte: entrevista concedida por Martonia, em 12 de junho de 2024).

Ao empreender uma síntese das respostas concedidas pela pedagoga Martonia, percebemos o envolvimento e amor pelo seu trabalho. Ela desenvolve projetos sociais com mulheres, voltado para o empreendedorismo, para que elas se preparem com excelência para o mercado de trabalho. Esse é um dos vários projetos desenvolvidos pela PLAN internacional.

Contudo, a pedagoga problematiza dizendo que em muitas ocasiões, não há espaços amplos nas comunidades para o funcionamento dos projetos. Para Caliman (2009), a Pedagogia Social no Brasil, é concebida como uma ciência que está ligada ao rol das ciências da educação, uma ciência sensível que contempla o ser humano. Uma educação que ocorre de modo peculiar, onde as agências formais de educação não conseguem chegar; nas relações de ajuda às pessoas em dificuldade, especialmente crianças, adolescentes e jovens que sofrem pela escassa atenção as suas necessidades fundamentais.

Corroborando com as respostas concedidas pela pedagoga Martonia, para atender às demandas atuais da população, inevitavelmente, surge a necessidade de ampliar conceitos e propor novas medidas com o objetivo de suprir a ausência que a escola tradicional não consegue contemplar em alguns casos. Vale a pena pensarmos na educação promovida por pedagogas/os em comunidades, instituições públicas, regiões campesinas, comunidades quilombolas e outros.

O trabalho pedagógico desenvolvido pela PLAN Internacional, através de sua equipe de profissionais é extremamente importante para o município de Codó e arredores, pois visa o bem-estar de meninas e mulheres nas comunidades. Mesmo com todas as dificuldades, é satisfatório ver vidas sendo ressignificadas através do conhecimento.

No terceiro *locus* de nossa investigação, perguntamos à pedagoga Délia: Quais são as funções que você exerce na Casa de Idosos como pedagoga social? Ela respondeu: “A principal função é entreter, socializar e aprender, além disso levando em consideração os limites de cada um e conhecer um pouco da vivência deles” (Fonte: entrevista concedida por Délia, em 21 de junho de 2024).

Diante da discussão sobre o direito a educação, pensar em uma pedagogia que inclui os idosos presentes na Casa São Pio, é desafiadora, pois muitos idosos já

perderam a memória ou a coordenação motora fina. Entretanto, a professora Délia que trabalha no ambiente, desenvolve atividades lúdicas que contemplam a todos, visando a terapia ocupacional, muitas vezes por meio da pintura de desenhos e outras atividades.

A maioria das pessoas idosas participa das atividades lúdicas com grande prazer, pois cultivam um relacionamento interpessoal, autoestima positiva e satisfação pelo que realizam. Segundo Zimmerman (2000), há uma troca permanente de afeto, de carinho, de ideias e sentimentos, na resolução das atividades lúdicas, outro ponto importante, é a estimulação do pensar e principalmente, do aprender.

A segunda pergunta foi: Como é o trabalho desenvolvido com os idosos neste espaço? Ela, prontamente respondeu:

As atividades são pensadas de forma inclusiva, porque nem todos passaram pela educação infantil, a maioria das atividades é para o desenvolvimento da coordenação motora fina, relacionadas a memória e psicomotricidade (Fonte: entrevista concedida por Délia, em 21 de junho de 2024).

Como mencionado pela professora Délia, as atividades são articuladas de maneira lúdica, esse método de aprendizado inclui vários gêneros de atividades, entre eles, jogos e brincadeiras, visando estimular o cognitivo dos idosos. De acordo com Zimmerman (2000), com a estimulação, tudo revive; a mente para; os afetos anestesiados e os amigos esquecidos. Dessa forma, é fundamental criar um ambiente que favoreça sua vida presente, propiciando-lhe momentos de lazer, ajudando-os a manter e a resgatar a capacidade física, mental e social dos idosos.

A terceira pergunta destinada a Délia foi: na sua opinião, qual a importância de haver pedagogos trabalhando em instituições não escolares? Ela afirmou que: “A atuação do pedagogo nestes espaços é fundamental devido a necessidade pedagógica dos idosos, principalmente relacionado a memória e psicomotricidade” (Fonte: entrevista concedida por Délia, em 21 de junho de 2024).

A professora Délia ressalta em sua fala, a importância de haver pedagogos trabalhando em espaços sociais, especificamente, em lugares onde há idosos em sua totalidade. Para Accorssi; Schwengber; Frey (2019), o educador social, agente de transformação, quando engajado pela causa, compromete e impulsiona seu educando a sair do estado de impotência e a buscar novas perspectivas de vida. É detentor de

saberes específicos, distintos dos saberes dos estudantes, sem que isso signifique atribuir aos saberes dos educadores, maior ou menor valor, mas, sim aceitar que são saberes próprios da experiência do educador. Saberes que, em encontros dialógicos, irão se resignificar, se reinventar

Ainda sobre a educação não formal em instituições públicas, Trilha Bernet (2008, p.19) sublinha:

O crescente aumento de demandas que se refere a educação em face da incorporação de setores sociais tradicionalmente excluídos dos sistemas educacionais convencionais, incluindo (adultos, idosos, mulheres, minorias étnicas, entre outros.) As transformações no mundo do trabalho, obrigam a operacionalizar novas formas de capacitação profissional, reciclagem e formação continuada e recolocação profissional.

A última pergunta foi: Quais os principais desafios que você enfrenta no que se refere ao desenvolvimento das atividades com os idosos, e qual episódio mais te marcou trabalhando na Casa São Pio? Ela descreveu:

Então, trabalhar com os idosos é importante para mostrar empatia, se eles não estabelecer vínculos com as pessoas, eles não ficam nas atividades. O que mais me marca é saber que eles gostam das atividades, não aceitam outra pessoa desenvolver esse trabalho, saber que eles têm esse vínculo por mim, me marca muito (Fonte: entrevista concedida por Délia, em 21 de junho de 2024).

De acordo com o que foi apurado nas repostas da pedagoga Délia, o trabalho desenvolvido na Casa de Idosos é bastante consistente e pautado em atividades lúdicas que ajudam na memorização e psicomotricidade. Representa uma terapia educacional, visto que muitos idosos já perderam a memória e a resistência nas mãos. Ademais, ao conversar com a professora, ela informou que elabora suas atividades se baseando nas datas mais significativas para eles/elas, trazendo reflexões, algo que envolva as vivências deles. Além da ludicidade, há também empatia e diálogo. Para Carvalho (2004), a velhice é um direito com que nascemos e que deve ser garantida, usufruída e respeitada. Dessa forma, a velhice não tem que ser vivida dramaticamente como um fardo para a sociedade suportar.

O amparo que a Casa São Pio promove no município de Codó traz a possibilidade de uma cidadania mais ativa à população idosa desamparada pela sociedade e em outros casos, pelos familiares, preparando o idoso para exercer seus direitos fundamentais enquanto cidadão, por meio da educação não formal. A CF/88



estabelece alguns direitos sociais em seu art. 6º. São eles: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

## **5 FECHANDO O CICLO: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL TRANSFORMADOR DA PEDAGOGIA SOCIAL NA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Diante dos novos paradigmas educacionais, a Pedagogia Social é uma ciência capaz de trazer novos métodos de ensino e aprendizagem para a educação no país. No mundo hodierno, este segmento da Pedagogia ganha força a partir das mudanças ocorridas na sociedade, intensificando assim a necessidade de imersão no tema, entendendo esse modelo de educação direcionado às classes vulneráveis.

A partir do estudo teórico, foi constatado pela visão de diversas/os autoras/es, as atribuições positivas de uma educação integrativa que pensa nas pessoas, que se encontram impossibilitadas de adentrar em uma escola formal. Foi por esse viés, que a pesquisa se fundamentou, procurando respostas sobre conceitos envolvendo uma educação que ultrapassasse os muros da escola e encontrasse pessoas em um estado de vulnerabilidade. A Pedagogia Social foi a resposta para as indagações que outrora foram levantadas, pois essa ciência busca resolver conflitos sociais e promover a equidade na promoção da educação.

De acordo com Jensen (2013), o maior desenvolvimento da Pedagogia Social ocorrerá por meio da junção entre a teoria, pesquisa e prática. Nessa perspectiva, ampliar as reflexões sobre a Pedagogia Social e a formação de educadoras/es sociais, é pensar com carinho na produção de novos saberes, no sentido de querer aperfeiçoar as práticas pedagógicas desenvolvidas por pedagogas/os.

Para Romm (2016), a Pedagogia Social tem grande influência na melhoria da sociedade, setores, emprego e outros. A atual realidade escolar sugere mudanças, inaugurando uma nova comunicação educacional, onde surgem paradigmas com conceitos e valores refletidos em uma realidade que literalmente sugere transformações na sociedade contemporânea, propondo novas diretrizes.

Em conformidade com as respostas do questionário, Freire (1996, p.17) destaca algo importante: "quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém." Dessa forma, podemos analisar a necessidade do envolvimento da/o pedagoga/o social em espaços não

escolares e sua função indispensável de mediar o conhecimento das/os estudantes, trazendo esperança para crianças, jovens, adultos e idosos que, de alguma forma evadiram, e retornaram para um ambiente de aprendizado, seja em turmas da EJA em escolas convencionais seja em instituições fora dos muros de uma escola.

Como citado anteriormente neste estudo, o Art. 205 da Constituição Federal revela que a educação é um direito de todos. Por essa afirmativa, a educação precisa estar imbuída em todos os espaços, contemplando a todos. A/O educador/a que pratica a educação social enxerga o indivíduo e prioriza-o, considerando sua bagagem de conhecimento, cultura e valores. Nos três espaços citados onde ocorreu a pesquisa de campo – Unidade Prisional, Casa de Idosos São Pio e PLAN Internacional, as/os docentes oferecem aos estudantes todas as ferramentas necessárias para uma transformação pessoal, revelando múltiplas escolhas para ressignificarem suas vidas.

De acordo com os resultados obtidos por meio da pesquisa, o objetivo geral foi atingido, pois foi analisado as contribuições da Pedagogia Social em espaços não escolares nas instituições citadas anteriormente e foi constatado a atuação ativa de educadoras/es sociais em cada espaço. Entretanto, ainda há lugares no âmbito social que necessitam da presença de pedagogas/os na cidade de Codó. Outrossim, vale destacar as dificuldades enfrentadas pelas/os pedagogas/os no que tange a elaboração de atividades que contemplem os estudantes, levando em consideração seus saberes e vida cotidiana. Os objetivos específicos tiveram resolução a partir da revisão bibliográfica, trazendo autoras/es que descrevem a Pedagogia Social como uma prática libertadora, destacando a relevância de pedagogas/os nas instituições públicas e, trazem reflexões sobre o papel da educação social para a formação cidadã.

Em conclusão, a Pedagogia Social se mostra um instrumento essencial para a promoção de uma educação inclusiva e transformadora. Sua aplicação, tanto na teoria quanto na prática, revela-se fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e altruísta.

## REFERÊNCIAS

ACCORSSI, Aline; SCHWENGBER, Daiana; FREY BAMBERG, Carla Luísa. Educadores sociais como agentes de transformação: reflexões a partir de um centro social localizado na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Em Extensão**, v. 18, n. 2, 2019.

AQUINO, Soraia Lourenço de. **O pedagogo e seus espaços de atuação nas representações sociais de egressos do curso de pedagogia**. 2011. Dissertação mestrado – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

ARANTES, Ana Paula Pereira; ABOU GEBRAN, Raimunda. **O curso de Pedagogia e o processo de formação do pedagogo no Brasil: percurso histórico e marcos legais**. *Holos*, v. 6, p. 280-294, 2014.

AZEVEDO, F et al., **Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**.  
BARBOSA, Caio Magalhães et al. **A pedagogia social e sua importância na luta pela democratização das oportunidades e no combate à exclusão social. políticas públicas, educação e diversidade: uma compreensão científica do real**, v. 1, n. 1, p. 146-154, 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 1190 de 04/04/1939. **Organiza a faculdade nacional de filosofia**. 1939. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)\_Acessado em: 27/10/2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 1190 de 04/04/1939. **Organiza a faculdade nacional de filosofia**. 1939. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)\_Acessado em: 27/10/2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – Lei nº 4.024/1961.

BRASIL, Constituição Federal. **Brasília (DF)**, 1988. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) acessado em 21/02/2024.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) acessado em 21/02/2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 5/2005**, de 13 de dezembro de 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília: MEC/CNE, 2005.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Projeto de lei n. 5346/2009**. A lei promulgada dispõe sobre a criação da profissional de educador e educadora social. Apresentado pelo deputado federal Chico Lopes em 03/06/2009.

Brasil. **Decreto-lei nº 5.346 de 2009**. Câmara dos deputados. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/propmostrarintegra?codteor=1602478&filename=Avulso%20PL%205346/2009> acessado em 20/02/2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de junho de 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Lei nº 17329 - 8 de outubro de 2012 Institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-17329-2012-parana-institui-o-projeto-remicao-pela-leitura-no-ambito-dos-estabelecimentos-penais-do-estado-do-parana>. Acesso em: 17/08/2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.1, 15 de maio de 2006. Diário Oficial da União, n.92, seção 1, p.11- 12, 16 maio 2006. Disponível em: Acesso em: 28 de maio de 2020. Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

CABANAS, Jose Maria Quintana. Antecedentes históricos de la educación social. In: PETRUS, Antonio (Org.). Pedagogía social. Barcelona: Ariel, 1997, pp. 6791.

CALIMAN, Geraldo. **Paradigmas da exclusão social**. Brasília: Ed. Universa, UNESCO, 2008.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogía social. **Diccionario de Ciencias de la Educación**. Madrid: Editorial CCS, p. 889-890, 2009.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: contribuições para a evolução de um conceito. **Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da educação social**, v. 2, 2011.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. SP: Ática, 1995.

CANDIDO, Antonio. **“O direito à literatura”**. In: Vários escritos. São Paulo: Duas cidades; Ouro sobre azul, 1995, p. 169-91.

CRUZ, Valeria Da Silva Da. Educação de Jovens Adultos e Idosos em ambientes não escolares/ Valeria Da Silva Da Cruz. – 2019. P. 67

DA GLÓRIA GOHN, Maria. **Educação não formal nas instituições sociais.** *Revista Pedagógica*, v. 18, n. 39, p. 59-75, 2016.

DÍAZ, Andrés Soriano. Uma aproximação à pedagogia-educação social. *Revista lusófona de Educação*, v. 7, n. 7, 2006.

DIEZ, Carmen Lucia Fornari; MARCON, Simara Bertotto Westphal; DOS SANTOS, Vanice. Paidéia e os caminhos da educação. *Barbarói*, n. 46, p. 22, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, Ana Claudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa. *Educação, Unisinos* 25(2021) ISSN 2177- 6210 Unisinos - doi: 10.4013/Edu. 2021.251.10. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/21001/60748506>. Acesso em: 19/08/2024.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa. *Paco e Littera*, 2022.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Brasileiro de 2021.** Codó: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> acessado em: 15/08/2024.

JENSEN, Niels Rosendal. Social pedagogy in modern times. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, p. 1-12, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** *Educar*, Curitiba, nº17, p. 153-176, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. In: Pimenta, S.G(Org). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos pra quê?** 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOBATO, V.D.S. **Revistando a Educação na Grécia Antiga: A Paidéia.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade da Amazônia. UNAMA: 2001.

MACHADO, Érico Ribas. **Fundamentos da pedagogia social.** 2015.

MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira. **A educação da antiguidade aos nossos dias—em busca de indícios da origem das avaliações.** Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 4, n. 9, 2012.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MOTA NETO, J. C.; OLIVEIRA, I. A. D. E. **Contribuições da educação popular à pedagogia social.** Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 21-35, set.-dez., 2018. Doi: 10.1393/REP-v16n32017-art02.

OLIVEIRA Kelly Almeida; BRANDÃO, Lucélia Caroline Ferreira; CRUZ, Samara de Jesus. **As Raízes Da Pedagogia: Uma Análise Das Contribuições E Desafios Do Curso No Município De Codó.** Codó/MA, 2015. Disponível em:[https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2016/TRABALHO\\_EV057\\_MD1\\_SA39\\_ID2524\\_05092016184151.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2016/TRABALHO_EV057_MD1_SA39_ID2524_05092016184151.pdf). acessado em 3 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. A formação do pedagogo para atuar no sistema penitenciário. **Eccos Revista Científica**, n. 48, p. 175-197, 2019.

ORTH, Arlete Cherobini et al. O legado da paideia para a educação brasileira. **DI@LOGUS**, v. 9, n. 3, p. 47-57, 2020.

PEREIRA, Antonio. A educação de jovens e adultos no sistema prisional brasileiro: o que dizem os planos estaduais de educação em prisões. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 11, n. 24, p. 5, 2018.

PEREIRA, Antônio. A educação no movimento nacional de meninos e meninas de rua MNMMR: a contribuição do projeto axé na legitimação da pedagogia social de rua. **Educação em revista**, Marília, v.12, n.2, p 125-144, jul. – dez., 2011.

Pereira, antonio. A profissionalidade do educador social frente a regulamentação profissional da educação social: as disputas em torno do projeto de lei

PEREZ, D. Modalidades de educação e trabalho do professor: Do Contexto Histórico Da Educação Formal Aos Saberes E Práticas Contemporâneas Da Educação Não Formal. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro vol. 8, n. 16, 2013, p. 374-397 Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1706/1555>. Acesso em: 12.03.2024.

PETRUS, Antônio. (org.). **Pedagogia Social.** Espanha: Ariel, 1997.

RAMAL, Andrea Cecilia. A LDB e o processo de renovação pedagógica jesuíta. *Revista de Educação CEAP*, v. 5, n. 17, p. 5-21, 1997.

ROMM, Tatiana et al. *The development of Social Pedagogy in Russia*. 2016.

ROSÁRIO, Maria José Aviz; MELO, Clarice Nascimento. **A educação jesuíta no Brasil colônia**. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 15, n. 61, p. 379-389, 2015.

SANTOS, maria Edna; RODRIGUES, Cibele de Souza; JESUS, Amanda Suzanne Santos de. **Instituições Formadoras de Professores Primários: As Primeiras Escolas Normais do Brasil**. VI colóquio internacional, educação e contemporaneidade. *Sergipe vol. 1*, pág. 2 a 16, 2012.

SANTOS, Rosangela Maria Silva Dos; SERRA, Luís Henrique; MORAIS, Joelson de Sousa. A LEITURA DE OBRAS LITERÁRIAS NO CÁRCERE: Narrativas de experiência profissional no projeto de leitura interativa para a remição de pena. **Revista pedagógica**, Chapecó, V.25, p.3 a 27, 2023.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 99-134, 2007.

SAVIANI, d. **Sentido da pedagogia na sociedade globalizada**. Santa Maria: Biblos, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: autores associados, 2008.

SCARPA, P.; CORRENTE, M. La dimensión europea del Educador/a Social. In: *Pedagogía Social. Pedagogía Social y convergencia Europea – monográfico*. v. 14, SIPS Madrid: UNED, 2007, p. 63-74.

SCHEIBE, Leda. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa. *Cadernos de pesquisa*, v. 130, pág. 43-62, 2007.

SCHEIBE, Leda; DURLI, Zenilde. Curso de Pedagogia no Brasil: olhando o passado, compreendendo o presente. *Educação em foco*, v. 14, n. 17, p. 79-109, 2011.

SCHMIED-KOWARZIK, W. **Pedagogia Dialética – de Aristóteles a Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense 1983.

SILVA, A. F. da. **Formação de professores para a Educação Básica no Brasil: projetos em disputa (1987-2001)**. 2004. 388 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SMITH, Mark; WHYTE, Bill. Social education and social pedagogy: reclaiming a Scottish tradition in social work. **European Journal of Social Work**, v. 11, n. 1, p. 15-28, 2008.

SOKOLOWSKI, Robert. *A formação do conceito de constituição de Husserl*. Springer Science & Business Media, 2013.

TRILHA BERNET, Jaume. A educação não formal. In: ARANTE, Valéria Amorim (org.). Educação formal e não formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.

Universidade Federal do Maranhão. **Projeto Político Pedagógico**. UFMA; São Luís, 2020.

Universidade Federal do Maranhão. **Projeto Político Pedagógico**. UFMA; Codó, 2023.

VILLELA, H. O. S. A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, J. C. S., 2008.  
ZIMERMAN, Guite I. **Velhice: Aspectos Biopsicossociais**. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 2000. Pág.180.

ZUCCHETTI, D. T. **A pedagogia social e as racionalidades do campo educativo**. In Revista Brasileira de Educação. Vol. 13. Nº 38. Rio de Janeiro: Mai/Ago 2008.



## **APÊNDICES**

## Apêndice 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ  
CURSO DE PEDAGOGIA 2020.2  
DISCENTE: ANA CAROLINA CRUZ CARDOSO**

### QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM OS PEDAGOGOS

#### IDENTIFICAÇÃO

Nome

Idade

Profissão

1. QUAIS SÃO AS FUNÇÕES DA/O PEDAGOGA/O SOCIAL NESTA INSTITUIÇÃO?
2. COMO É O TRABALHO DESENVOLVIDO COM OS ALUNOS NESTE ESPAÇO?
3. NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DE HAVER PEDAGOGOS TRABALHANDO EM INSTITUIÇÕES NÃO ESCOLARES?
4. QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE VOCÊ ENFRENTA NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES COM OS ALUNOS? E QUAL EPISÓDIO MAIS TE MARCOU TRABALHANDO NESTA INSTITUIÇÃO?

## Apêndice 2

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado(a) Professor(a), venho lhe convidar a participar como sujeito da pesquisa de monografia, intitulada: **A ATUAÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES E A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**. O objetivo principal da presente pesquisa é analisar as atribuições da Pedagogia Social fora do ambiente escolar regular e do ensino institucionalizado, destacar a relevância do/a pedagogo/a e do trabalho pedagógico desenvolvido nas Unidades públicas do Município de Codó e refletir sobre o papel da educação para a formação cidadã.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária. Você tem o direito de recusar-se a participar ou de interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo a sua pessoa. A sua participação será de grande relevância para o sucesso deste trabalho. A pesquisa será por meio de questionário com algumas perguntas, visando compreender o trabalho pedagógico desenvolvido pelos/as pedagogos /as nas Unidades públicas do Município de Codó.

Av. Dr. José Anselmo, 2008, Codó/ MA – CEP: 65400-000  
Telefones – (98) 3272 - 9779 / 32272 – 9775  
Email: [direção\\_ufmacodo@ufma.br](mailto:direção_ufmacodo@ufma.br)

Os resultados obtidos serão analisados e publicados, porém, sua identidade permanecerá confidencial e protegida, sem ser revelada. Em caso de dúvidas ou informações, poderá entrar em contato através do número (99)9999840384, ou pelo e-mail [hannahcarolina846@gmail.com](mailto:hannahcarolina846@gmail.com)

Consentimento

pós-informação:

Eu,

\_\_\_\_\_, declaro que li e fui informado (a) sobre a minha participação na pesquisa, e compreendendo plenamente as explicações fornecidas. Desse modo, concordo voluntariamente em participar da monografia, ciente de que posso interromper a minha participação a qualquer momento.

Data: \_\_\_\_\_

: \_\_\_\_\_

Assinatura da

pesquisadora responsável:

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a)”:

Av. Dr. José Anselmo, 2008, Codó/ MA – CEP: 65400-0